FAPERS

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Relatório Anual de Informações 2014

Expediente:
Patrocinador: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR
Elaboração: Diretoria Executiva, Gestão 2014-2017, e empregados da FAPERS
Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 25 de março de 2015, na Ata nº 276.
Divulgação eletrônica no site da Fundação.

Sumário

INTRODUÇÃO 4
INSTITUCIONAL 6
Mensagem da Diretoria Executiva 6
Fatos Relevantes 2014 10
GESTÃO PREVIDENCIAL 17
GESTÃO DE INVESTIMENTOS 26
GESTÃO CONTÁBIL 45
PARECERES 95

ASSIM SEGUIMOS COMPLETANDO CICLOS...

O ano de 2014 acabou e iniciamos o novo ano retomando os principais fatos relativos ao ciclo concluído no dia trinta e um de dezembro.

Fechando um ciclo, ou seja, o exercício anterior, rege a Resolução nº 23/2006 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), que as entidade de fundos de pensão devem elaborar o Relatório Anual de Informações-RAI, e encaminhá-lo a todos os participantes e beneficiários dos Planos administrados pelos Fundos de Pensão. Em novembro de 2014, começou uma nova fase nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar com a publicação da Instrução PREVIC n° 13, a qual dispõe que a divulgação das informações de interesse dos participantes e assistidos, ocorra preferencialmente em sítio eletrônico da entidade.

Visando cumprir as disposições legais de prestar contas dos atos de Gestão da Fundação, a Diretoria Executiva traz ao conhecimento dos participantes ativos, assistidos, beneficiários e dos administradores do Patrocinador o Relatório Anual de Informações relativo ao exercício de 2014. O RAI contém as Demonstrações Financeiras dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, a situação patrimonial dos planos, Políticas de Investimentos, proposta de alteração regulamentar, Manifestação do Conselho Deliberativo e Pareceres: Técnico Atuarial, da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal.

Em 2014, ao completar trinta e três anos, a FAPERS tem várias gerações, onde há participantes cultivando e outros já colhendo seus frutos previdenciários, usufruindo de sua tão almejada aposentadoria.

O conhecimento e participação ativa dos participantes sobre o que ocorre na Fundação, contribui para o cultivo dos planos de benefícios, somando ideias e criando possibilidades de melhorias contínuas neste processo tão complexo e desafiador que busca garantir uma colheita farta no futuro.

Acesse o RAI 2014 e dos exercícios anteriores acessando o ícone Institucional no site www.fapers.org.br.

Cultive seu plano, senhor participante, lendo com atenção este Relatório!

1 - INSTITUCIONAL

"Os dias trazem a maturidade, os anos trazem a experiência e o tempo a beleza de viver."

1. INSTITUCIONAL

1.1. Mensagem da Diretoria Executiva

O ano de 2014 foi um ano de intensas atividades em nossa Fundação. No ano anterior foram tomadas medidas, até então pouco conhecidas pelos nossos participantes, especialmente para equilibrar os planos, equacionando os mesmos. Em 2014, o foco principal foram os ajustes necessários nos planos para evitar novos *déficits* gerados por fatores conhecidos e controláveis. Além de focar na criação de um novo plano, o qual visa diminuir consideravelmente os fatores de risco.

No Plano de Benefícios II – Plano Misto foram propostas alterações de forma que os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio doença e pecúlio) ficassem atrelados a conta do próprio beneficiário e ao valor que o Patrocinador coloca na conta de Cobertura de Benefícios de Risco. Tais medidas foram necessárias para evitar déficits futuros em decorrência dos benefícios citados acima. Após os trâmites legais dentro da Fundação, e aprovação pelo Conselho Deliberativo e Patrocinadora, no final do ano, a proposta de alteração foi encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, órgão fiscalizador e regulador, para análise e aprovação.

Em 2014, para fazer frente a algumas solicitações de participantes também foi encaminhada uma proposta à PREVIC de um Novo Plano, intitulado PREVER, cujo nome foi escolhido entre sugestões dos participantes, formatado com o intuído da Fundação oferecer aos participantes um Plano sem risco de *déficit* financeiro futuro.

No site da Fundação, no ícone Seu Plano, estão disponibilizadas todas as informações sobre o andamento dos processos encaminhados à PREVIC, os quais encontram-se em análise pelo órgão fiscalizador.

Em cumprimento a exigência legal do órgão regulador e fiscalizador, em 2014, ocorreram a implantação da cobrança do custeio administrativo de forma paritária entre os associados e o patrocinador.

No Núcleo de Investimentos foram tomadas ações no sentido de alocar os recursos em investimentos de baixo risco, frente à instabilidade pelo qual passa o mercado financeiro. Atualmente, a maior parte dos recursos da Fundação estão alocados em Notas do Tesoureiro Nacional-NTN-B com vencimento diversificado, baseado em nossos compromissos e com rendimento acima do mínimo exigido por cada Plano. Esta iniciativa faz com que a Fundação tenha rendimentos seguros, com riscos menores e não especulativos.

Destacamos que a Fundação vem amadurecendo a cada ano. Fechamos 33 anos de existência e em breve teremos participantes fechando 35 anos de contribuição a um plano de previdência, podendo-se avaliar o efeito que ela proporciona a associados que contribuíram uma vida toda. Hoje o quadro associativo é ainda de poucos anos de contribuição, pois a maioria aderiu a FAPERS após a criação do Plano Misto em 2001, isto é tem apenas 13 anos de efetiva contribuição.

No ano de 2014, cento e cinquenta novos empregados da ASCAR aderiram ao Plano Misto, enquanto no mesmo período a Fundação iniciou o pagamento de quarenta e uma aposentadorias, sete pensões e efetivou cinquenta e quatro resgates.

A PREVIC fiscalizou o Plano Geral Saldado e o Plano de Benefício Definido, e estamos no aguardo da avaliação da mesma referente aos ajustes solicitados.

Agradecemos a todos pela confiança depositada nesta administração, em especial ao apoio do Patrocinador e dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, das Comissões, dos participantes (ativos e assistidos) que contribuíram de forma decisiva para que FAPERS cumpra sua missão.

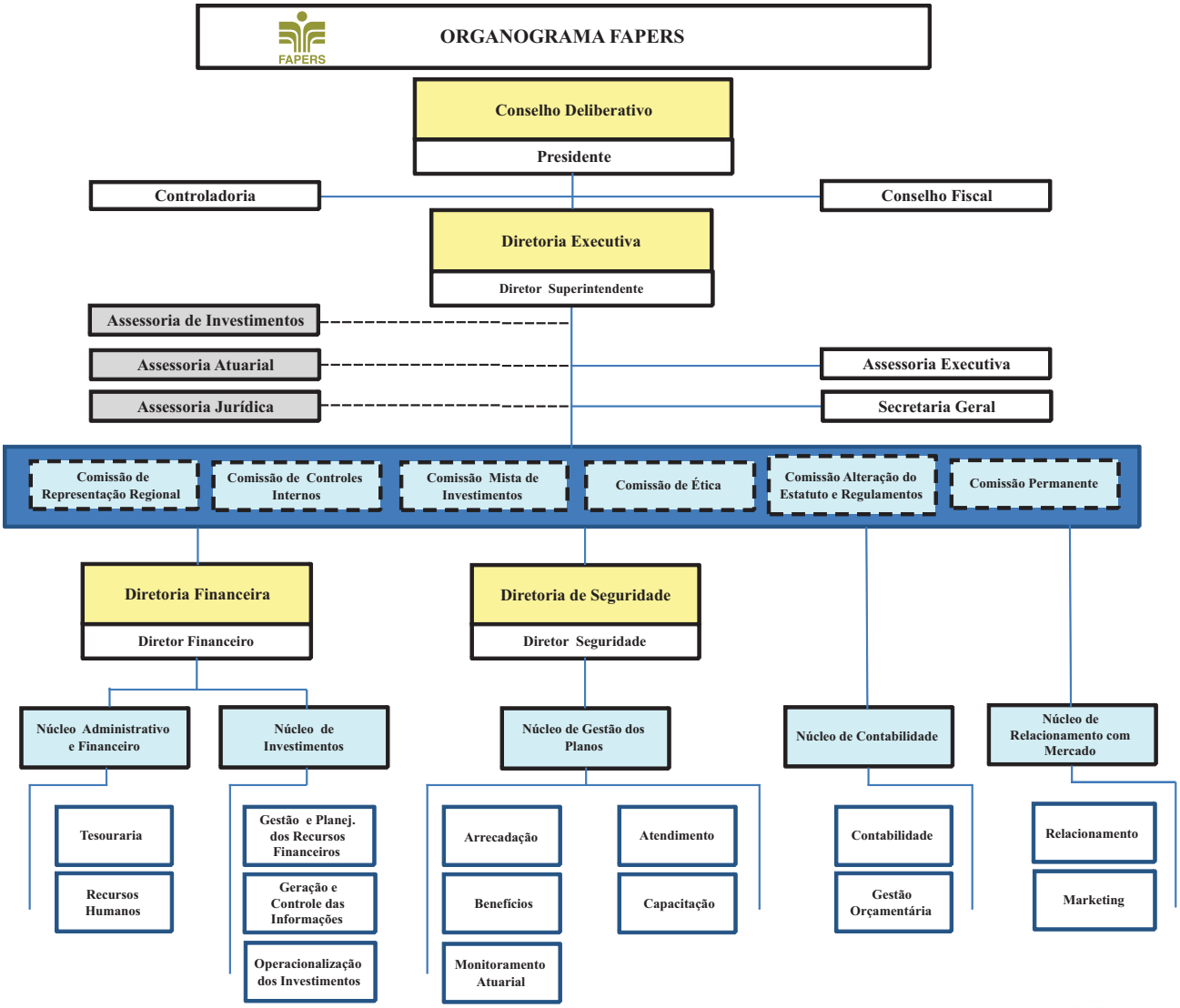
Diretoria Executiva
Gestão 2014-2017

1.2 Governança Corporativa

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, cuja principal missão é elaborar, conceder e administrar planos de previdência complementar, com segurança, dentro da política de recursos humanos do Patrocinador ASCAR, promovendo a qualidade de vida dos seus participantes e assistidos.

1.3 Estrutura Organizacional

Em 2014, a estrutura organizacional foi reformulada, visando à funcionalidade e eficiência administrativa. Abaixo, apresentamos o organograma, implantado em 2014:



A implantação do novo organograma fez parte de um processo de reestruturação do quadro de Recursos Humanos da Fundação, no qual, também, foi implantado o novo Regulamento de Pessoal, visando: adequar os cargos a nova estrutura organizacional, qualificar a gestão dos processos, qualificar sistema de promoção e adequar a política de promoções a capacidade financeira da Fundação.

1.3.1 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo, instância que define e determina o caminho a ser trilhado pela FAPERS, é o órgão de deliberação e de orientação, está composto por oito membros titulares e igual número de suplentes, conforme segue:

Titulares
Adelaide Juvena Kegler Ramos- Presidente
Ancila Maria Heck Altmann
Cesar Augusto B. de Medeiros
Cleber Schuster
Dulphe Pinheiro Machado Neto
Suzana Medianeira Lunardi
Volnei Wruch Leitzke
Zacheu Gomes Canellas

Suplentes
Carlos Roberto Vieira da Cunha
Claudio Rufino de Aguiar
Deolinda Cecília Pickler
Derli Paulo Bonine
Doriana Gozzi Miotto
Edgar João Copatti
Eduardo Rigon Gelain
Fernando Luiz Horn

Conforme previsto no Artigo 34 do Estatuto da Fundação: o mandato do Conselho Deliberativo é de três anos, renovando-se, a cada ano, parte do número de seus membros na proporção alternada de 03(três), 03 (três) e 02 (dois), tanto dos efetivos como dos suplentes, permitida uma recondução consecutiva para aqueles que hajam cumprido integralmente o mandato.

Anualmente, ocorrem eleições para Conselho Deliberativo, as quais são realizadas por áreas eleitorais, em função da lotação dos participantes ativos no Patrocinador ASCAR. A cada área eleitoral corresponde um representante no Conselho, titular ou suplente, alternadamente. Os assistidos, também, elegem um representante titular e um suplente.

Acesse o link Eleições no site www.fapers.org.br e verifique o Regulamento Eleitoral. Participe, vote!

1.3.2 Conselho Fiscal

Órgão de fiscalização da Fundação é composto por três membros efetivos e três membros suplentes. Dois terços dos membros do Conselho Fiscal são designados pelo Conselho Deliberativo, entre os nomes indicados pelo Patrocinador ASCAR. Um terço dos membros é eleito pelos participantes e assistidos. O mandato é de três anos, sendo vedada recondução consecutiva.

O Conselho Fiscal, Gestão 2014-2017, está assim constituído:

Titulares
Álvaro Roque Kern Junqueira– Presidente
João Francisco Quaresma Caino
Celito Aldo Reffatti

Suplentes
Jorge Eduardo Hamilton Torres
José Cláudio Secchi Motta
Roblein Cristal Coelho Filho

No site da Fundação, no ícone Composição dos Conselhos, há divulgação da representatividade, formas de contato e breve síntese da formação de cada conselheiro, visando estreitar a relação dos participantes ativos e assistidos com os seus representantes.

1.3.3 Diretoria Executiva

Órgão de administração geral da Fundação constituída por 03 membros, sendo que o Diretor Superintendente e Financeiro indicados pelo Patrocinador e escolhidos pelo Conselho Deliberativo, por meio de listas tríplices. O Diretor de Seguridade é eleito pelos participantes e assistidos. Em 2014, a Diretoria Executiva foi reconduzida para a Gestão 2014-2017:

Paulo Francisco Conrad – Diretor Superintendente
Clever Renato Neuenfeldt – Diretor Financeiro
Aluísio Santos Ribeiro – Diretor de Seguridade

O processo eleitoral é um dos momentos mais importantes para, você, Participante! É mais uma oportunidade de discutir os rumos da FAPERS, de avaliar a sua situação e escolher o melhor caminho para cumprir a missão: "Elaborar, conceder e administrar planos de previdência complementar, com segurança, dentro da política de recursos humanos do Patrocinador, promovendo a qualidade de vida dos seus participantes e assistidos."

Por isso, participe efetivamente: debata, opine, candidate-se, vote e estimule seus colegas a participarem também.

O voto é secreto e facultativo, e com sua participação a grande vencedora será a FAPERS!

1.4. Fatos Relevantes 2014

1.4.1 Certificação

O ciclo em busca de certificações renovou-se em atendimento a legislação vigente, alterada pela Resolução BACEN nº 4.275, de 31/10/2013, a qual prevê que a aplicação dos recursos dos planos da Entidades Fechadas de Previdência Complementar requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.

No último ano, os membros do Conselho Deliberativo, Comissão de Investimentos e empregados foram certificados por meio de realização da prova CPA 10 aplicada pela ANBIMA – Associação Nacional das Entidades dos Mercados Financeiro e Capitais conforme segue: Doriana Gozzi Miotto (Conselho Deliberativo), Fúlvio Pereira Britto e Marcelo Xavier Tozzi (membros da Comissão Mista de Investimentos). Os Diretores de Seguridade e Financeiro, respectivamente, Aluísio Santos Ribeiro e Clever Renato Neuenfeldt, prestaram prova para atualização do CPA 10.

Anualmente, há novos certificados ou renovações da Certificação, a qual tem validade de três anos. Acesse o ícone Notícias no site da Fundação e acompanhe o andamento desta qualificação.

1.4.2 Recadastramento

1.4.2.1 Ativos

É importante que o Participante ativo mantenha seus dados pessoais atualizados na Ficha Básica da ASCAR, pois, com a implantação do novo sistema de informática da FAPERS, os dados cadastrais para a cobrança das contribuições e empréstimos são importados daquele sistema.

A atualização cadastral dos Participantes ativos é rápida e fácil, basta acessar o site www.emater.tche.br, clicar em Intranet e inserir a matrícula e senha, após clicar em Sistemas Ficha Básica e atualizar seus dados. Após a atualização, clique em gravar!

Importante: Toda vez que houver alteração de dados,
é necessário atualizar seu cadastro!

1.4.2.2 Aposentados e pensionistas

O recadastramento é anual e permanente, no mês de setembro, todos os aposentados e pensionistas recebem via correio, o formulário de Recadastramento o qual deve ser preenchido e devolvido até 31 de dezembro do ano em curso.

A exemplo do INSS, anualmente as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, solicitam a seus participantes aposentados e pensionistas prova de vida. Este procedimento é indispensável para garantir a regularidade do benefício, bem como atualizar os dados cadastrais dos beneficiários.

1.4.3 Comunicação com o participante

A estratégia de comunicação e marketing da Fundação permanece com a mesma estrutura, com as seguintes ferramentas:

- Site da Fundação: www.fapers.org.br. Acesse e confira as novidades!
- E-mail marketing.
- Presença nas reuniões de Capacitação entre outros eventos a convite do Patrociandor ASCAR.
- Presença nas reuniões e eventos a convite da ASAPAS - Associação dos Aposentados da ASCAR.
- FAPERS Informa.
- Skype e telefone 0800 643 7444.
- Reuniões bimensais da Comissão Permanente da FAPERS.

Visando a segurança no Acesso Restrito no site a Fundação, a cada 120 dias contados a partir do último acesso, a senha expira. Torna-se necessário então o cadastramento de uma nova senha de acesso.

O cadastramento será efetuado com o preenchimento das seguintes informações: CPF, Data de Nascimento, Nova Senha e Confirme a Senha.

Somente após a realização deste cadastro, o Participante poderá acessar as informações disponíveis no site.

1.4.4 Capacitações

Conselhos
A FAPERS realizou, nos dias 26 e 27 de agosto de 2014, uma Capacitação aos novos membros do Conselho Fiscal. Na oportunidade, foram tratados os seguintes temas: a) Papel do Conselheiro; b) Fundamentos da Previdência Complementar; c) Planos de Benefícios; d) Atuária; e) Desafios frente aos novos Cenários e f) Gestão Financeira e Administrativa.

Empregados
No dia 16 de outubro, foi realizado o I Seminário Interno dos Empregados da FAPERS intitulado *"A Integração dos Núcleos na Governança"*, com o objetivo de qualificar o corpo técnico.

Soma-se as capacitações já citadas, a participação dos Diretores, Conselheiros e empregados em eventos promovidos por entidades ligadas ao Sistema de Previdência Complementar.

1.4.5 Dias de Campo: Parceria de Sucesso

A FAPERS, em parceria com o Patrocinador ASCAR, esteve presente nas 12 regiões administrativas da Emater/RS-ASCAR, visando:

- Manter a aproximação entre gestores e participantes da FAPERS, consolidando a confiança e a credibilidade.
- Difundir e esclarecer conteúdos básicos sobre previdência complementar, legislação sobre os fundos de pensão e as modelagens de planos: Benefício Definido e Contribuição Variável.

- Disseminar e estimular a navegação no site da Fundação em especial o uso do Simulador de Renda, criar e alterar senha, qualificando o acesso das ferramentas disponíveis no site da Fundação.

Nos referidos eventos, foram apresentados pela FAPERS os seguintes temas: Educação Previdenciária, situação dos Planos, principais ações desenvolvidas pela Diretoria Executiva. Destaca-se, ainda, como resultado deste trabalho, a adesão de 150 (cento e cinquenta) novos participantes durante o ano de 2014!

A participação da FAPERS nos eventos de Capacitação e nos Dias de Campo tem como objetivo semear a Educação Previdenciária e Financeira.

1.4.6 Planos de Benefícios

1.4.6.1. Plano Misto e PREVER

Em 2014, o Conselho Deliberativo aprovou proposta de alteração regulamentar do Plano Misto e criação do Novo Plano, intitulado PREVER.

As propostas foram analisadas e aprovadas pelo Patrocinador ASCAR, após divulgação a todos os associados, no site da FAPERS, as mesmas foram remetidas ao órgão fiscalizador onde encontram-se em análise.

Acesse o ícone Seu Plano, clique em:

E informe-se sobre as propostas em análise.

1.4.6.2. Plano Geral Saldado

Em agosto a Fundação recebeu o ofício nº 2749/CGAT/DITEC/PREVIC comunicando a autorização das alterações no Regulamento do Plano Geral Saldado.

Durante o ano de 2014, o referido Regulamento passou por dois processos de alteração regulamentar, acesse o ícone Plano Geral Saldado e confira o Regulamento em vigor.

1.4.7 Fiscalização da PREVIC

A PREVIC comunicou, em 04 de setembro, o início da ação Fiscal por meio do Ofício nº 082/2014/ERRS/PREVIC no Plano Geral Saldado. No dia dez de outubro, a Fundação recebeu o Ofício nº 086/2014/ERRS/PREVIC informando que a FAPERS estava submetida, também, à Fiscalização referente ao Plano PBD-I. Os auditores fiscais da PREVIC estiveram reunidos em momentos distintos, no referido período, na sede da Fundação, com a Diretoria Executiva, empregados e Assessoria Atuarial para dar andamento a fiscalização.

No dia vinte e nove de dezembro de dois mil e quatorze, a PREVIC encaminhou os Relatórios de Fiscalização nº021/2014/ERRS/PREVIC (PGS) nº 020/2014/ERRS/PREVIC (PBD-I), e os Ofícios nº 19/2014/ERRS/PREVIC e 118/2014/ERRS/PREVIC, informando sobre a conclusão dos trabalhos e solicitando novos encaminhamentos, os quais foram atendimento dentro do prazo estipulado.

A Diretoria Executiva e Conselhos entendem a ação fiscal como oportunidade de aperfeiçoamento de gestão, pois além de promover melhorias, qualifica: os investimentos, a concessão de benefícios, os controles internos e a Supervisão Baseada em Riscos.

Os documentos sobre o processo de fiscalização encontra-se no ícone:

1.4.8 Plano de Custeio Administrativo no Plano Misto e Plano Geral Saldado

Conforme estabelecido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, a contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas devem ser custeadas pelo Patrocinador, Participantes e Assistidos.

Assim, de acordo com tal entendimento, foi alterado o Plano de Custeio Administrativo da FAPERS respeitando a paridade contributiva.

Os valores da contribuição para cobertura da despesa administrativa devida pelos participantes ativos, aposentados e pensionistas dos Planos Misto e Plano Geral Saldado e outras informações estão disponíveis no ícone SEU PLANO- PLANO MISTO e PLANO GERAL SALDADO no site da Fundação.

A contribuição devida passará a vigorar a partir do mês de janeiro de 2015 para o Plano Misto e para o Plano Geral Saldado a cobrança ocorreu a partir de novembro de 2014. A contribuição é obrigatória para todos os participantes vinculados ao Plano de Benefícios II – Plano Misto e Plano Geral Saldado-PGS.

1.4.9 Panorama das Ações Judiciais

De acordo com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e da IN da PREVIC de nº 5, de 08 de setembro de 2011, que alterou a IN/SPC de nº 34, de 24 de setembro de 2009, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Conforme o pronunciamento técnico do CPC nº 25, de 26 de setembro de 2009, são três os tipos de probabilidade de perda, conforme segue:

PROBABILIDADE DE PERDA	JURISPRUDÊNCIA	PROVISÃO CONTÁBIL	NOTAS EXPLICATIVAS
REMOTA	JULGADOS COM DECISÃO DESFAVORÁVEL	NÃO	NÃO
POSSÍVEL	JULGADOS COM DECISÃO FAVORÁVEL E CONTRÁRIAS	NÃO	SIM
PROVÁVEL	PACIFICADO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA E NAS CORTES SUPERIORES	SIM	SIM

Fonte: Site Comitê de Pronunciamentos Contábeis

QUADRO RESUMO PROCESSO COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO PROVÁVEL - R$ MIL

PLANO	TOTAL DE PROCESSOS	TOTAL EM 31/12/2014	TOTAL EM 31/12/2013
PM	1	123	157

Fonte: Núcleo de Contabilidade

QUADRO RESUMO PROCESSO COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO POSSÍVEL - R$ MIL

PLANO	EM 31/12/2014			EM 31/12/2013		
	QUANTIDADE	TIPO	R$	QUANTIDADE	TIPO	R$
PM	17	PREVIDENCIÁRIO	284	17	PREVIDENCIÁRIO	329
	5	EMPRÉSTIMOS	72	5	EMPRÉSTIMOS	72
PGS	4	PREVIDENCIÁRIO	80	4	PREVIDENCIÁRIO	99

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Diante dos quadros da página anterior, é direito de todo cidadão procurar a justiça quando avaliar necessário, todavia antes de ajuizar uma ação contra sua Fundação, venha até a FAPERS para dirimir suas dúvidas.

Lembre-se: Todos os participantes são prejudicados pelas ações judiciais. Quando um participante ganha uma ação, o recurso para o referido pagamento, bem como, as custas judiciais e honorários advocatícios são divididos entre todos os participantes do plano. As ações judiciais em Fundos de Pensão podem gerar futuros desequilíbrios e aumento de contribuição para todos.

1.4.10 Reuniões com Entidades

Destaca-se entre as reuniões realizadas em 2014, o encontro com representantes da Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão-ANAPAR para troca de informações sobre questões ligadas as atividades desenvolvidas pela Fundação em busca do aprimoramento dos benefícios oferecidos aos aposentados e pensionistas, bem como, formas para incentivar a adesão de novos participantes. Na oportunidade, os assuntos versaram sobre:

a) Criação da Comissão Permanente, a qual foi sugerida pela ANAPAR, em agosto de 2011, e que mantem reuniões bimensais com o objetivo de ampliar o diálogo interinstitucional.
b) Acordo firmado junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC.
c) Situação dos Planos de Benefícios administrados pela FAPERS.

2. GESTÃO PREVIDENCIAL

É **preciso plantar para colher!**

2. GESTÃO PREVIDENCIAL

A Araucária, árvore típica da floresta nativa da região Sul, cuja lenda contada nas rodas de chimarrão, nos fala de um pássaro a Gralha Azul responsável pela longevidade das florestas. Assim como reza a lenda, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar vêm se consolidando, a mais de três décadas, como alternativa na busca da tranquilidade e da qualidade de vida dos trabalhadores após a aposentadoria.

A população brasileira, com destaque para o Rio Grande do Sul, a cada ano aumenta sua longevidade a exemplo da nossa Araucária *angustifolia*.

A importância da proteção, tanto das nossas florestas de araucária como dos nossos idosos é uma atitude que exige de cada um, alternativas de melhoria de renda e qualidade de vida. Esse tem sido o papel da FAPERS ao longo de trinta e três anos.

O Núcleo de Gestão dos Planos, responsável pela administração dos benefícios da Fundação, relata suas principais atividades nos itens 2.1 a 2.8.

> "Investir na Previdência Privada é uma atitude
> semelhante a do pássaro Gralha Azul.
> Planta-se hoje, colhe-se amanhã."

2.1 Os novos números da FAPERS

No ano de 2014, ocorreram novos ingressos, concessão de aposentadorias, regates e pagamentos de pecúlio, alterando a composição do bando. Confira nos itens 2.1.1 a 2.5, a movimentação da revoada.

2.1.1 Nosso bando aumenta e a revoada da FAPERS cresce a cada ano

Ano	Assistidos	Ativos	Total
2009	569	1.494	2.063
2010	592	1.461	2.053
2011	624	1.508	2.132
2012	628	1.590	2.218
2013	700	1.645	2.345
2014	737	1.701	2.438

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

A variação do número de participantes sinaliza uma tendência de crescimento. Isto se deve ao esforço da Gerência de Recursos Humanos do Patrocinador e da Fundação na implementação de um processo permanente de Educação Previdenciária e Financeira. Neste processo, destaca-se os eventos Dia de Campo e principalmente às Capacitações Iniciais para novos empregados.

2.2 Da pinha sai o pinhão, do pinhão nasce o pinheiro.

A semelhança do pássaro azul, há três décadas, foi semeado o primeiro plano. Era 24 de março de 1981, nascia o Plano de Benefício Definido I – PBD-I. O tempo passou, em 2001, nasceu o Plano de Benefícios Definido – Plano Misto e, em 2009, o Plano Geral Saldado - PGS.

Porém a cada momento novos desafios exigem opções de benefícios adequados à realidade presente. Atendendo aos novos tempos a FAPERS semeia, como a Gralha Azul, e espera germinar ao longo de 2015 o Plano PREVER na modalidade de contribuição definida.

Frutos maduros e colheita garantida, assim estão o Plano Benefícios Definido I, o Plano de Benefícios Definido II – Plano Misto e o Plano Geral Saldado, complementando a aposentadoria de 645 aposentados e 92 pensionistas. A partir de 2001, somente o Plano de Benefícios Definido II – Plano Misto oferece solo fértil para receber novas adesões e garantir qualidade de vida e longevidade.

Aqueles empregados da ASCAR, que ainda não aderiram a Fundação, e os demais participantes ativos do Plano Misto que avaliam previdência com um olhar crítico de resposta imediata, a FAPERS estruturou o Plano PREVER - Previdência Complementar

dos Trabalhadores da Extensão Rural do Rio Grande do Sul, o qual apresenta características que visam atender as expectativas deste seguimento de trabalhadores.

Nos quadros abaixo, confira quantos já colhem e os ativos que cultivam suas aposentadorias.

Plano de Benefício Definido I

Participantes ativos	1
Aposentados	15
Pensionistas	-
TOTAL	16

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Plano de Benefícios II – Plano Misto

Participantes ativos	1.700
Aposentados	466
Pensionistas	52
TOTAL	2.218

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Plano Geral Saldado

Participantes ativos	251
Aposentados	398
Pensionistas	47
TOTAL	696

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.3 Pinheiros e pinhas

É sabido que planos de benefícios na modelagem de benefício definido e contribuição variável como é o caso dos Planos da Fundação são mantidos pela gradual renovação dos participantes. A cada árvore que frutifica e oferece colheita é importante lembrar que novos pinhões tem que germiar. No gráfico abaixo, é possível vizualizar, no período de 2002 a 2014, o número de participantes ativos e assistidos da Fundação.

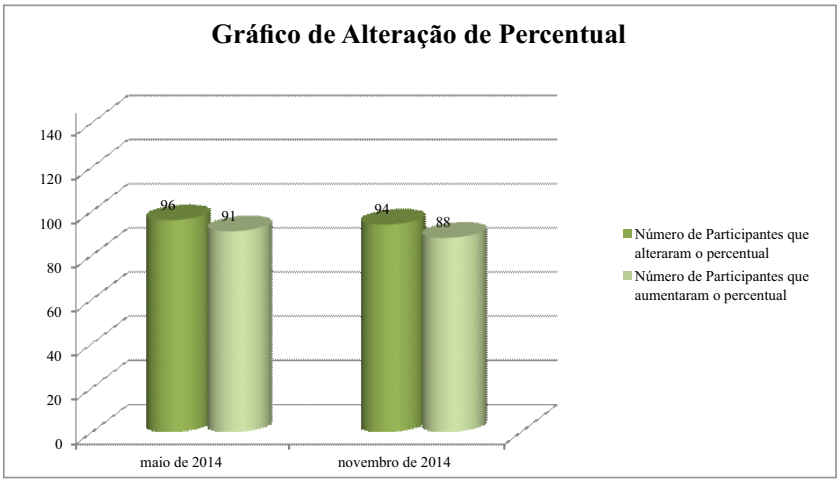
Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Ao analisar o gráfico da página anterior, referente ao período de 2002 a 2014, percebe-se que há um sensível aumento no número de participantes ativos, porém ainda pequeno para fazer frente ao crescimento do número de assistidos. Já no quadro a seguir, verifica-se a relação de ativos para cada assistido.

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.4 Plantar, cuidar, regar e cultivar... uma receita de sucesso.

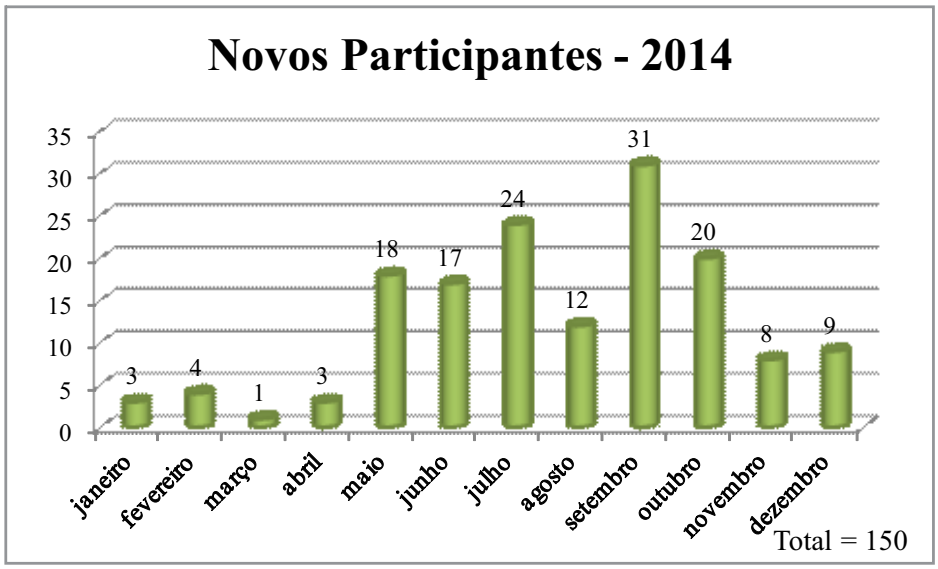
O percentual de contribuição do participante em Planos de Contribuição variável, como é o caso do Plano Misto é o adubo e cada um define sua dose. A FAPERS oferece duas épocas para você adubar sua aposentadoria, no outono e na primavera, ou seja, aumentar o seu percentual de contribuição nos meses de maio e novembro. No gráfico abaixo, observa-se que a maioria das alterações foi de aumento de percentual.



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.5 Quantos plantaram seu pinhão ao longo de 2014?

Todo ano há um número de participantes que ingressam na Fundação e outros que se aposentam. Em 2014, ingressaram na Fundação 150 participantes e aposentaram-se 41 participantes, conforme demonstra o quadro abaixo:



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Ocorreram 9 óbitos (3 de participantes ativos e 6 óbitos de assistidos) e foram pagos: 9 pecúlios por morte, num total de R$ 382.518,81, e também 50 resgates de contribuições totalizando R$ 2.751.398,61. No quadro abaixo, verifica-se e os benefícios concedidos com seus respectivos valores:

Plano	Benefícios	Total pago no ano	Quantidade
PBD	Aposentadoria por Tempo de Serviço	615.971,57	15
PM	Aposentadoria Vitalícia	2.833.342,71	411
PM	Aposentadoria Temporária	249.618,18	14
PM	Aposentadoria por Invalidez	735.966,63	42
PM	Pensão por Morte	1.396.459,82	52
PM	Pecúlio por Morte	253.758,30	8
PM	Auxílio Doença	239.120,71	20
PGS	Aposentadoria Saldada	12.773.255,26	399
PGS	Pensão por Morte	1.597.364,29	48
PGS	Pecúlio por Morte	180.152,62	6
	TOTAL	**20.875.010,09**	**1.015**

Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

2.6 Fluxo Previdenciário por Plano

No quadro abaixo, o Fluxo Previdenciário do Núcleo de Gestão de Planos, demonstra os valores pagos de benefícios e resgates, bem como as contribuições normais dos participantes e Patrocinadores e a contribuição extraordinária dos participantes, realizadas durante o ano de 2014. As contribuições extraordinárias dos Patrocinadores não aparecem no fluxo porque as mesmas são firmadas em Contrato e, portanto são remuneradas de acordo com o estabelecido no documento.

O saldo apresentado não demonstra a situação financeira da Fundação, pois tem como objetivo básico demonstrar o saldo estimado que será coberto pelo retorno dos investimentos para cumprir os compromissos com o pagamento de benefícios.

2014														
Saídas	Plano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1 - Previdencial	BD	46.698,71	46.698,71	46.698,71	46.698,71	46.698,71	46.698,71	46.698,71	46.698,71	46.698,71	46.698,71	49.661,49	99.322,98	615.971,57
2 - Previdencial	PM	423.602,09	337.258,36	380.692,95	736.701,71	375.723,76	375.410,94	616.200,80	468.030,66	389.743,44	382.460,12	427.036,94	795.404,62	5.708.266,39
3 - Previdencial	PGS	1.060.402,90	1.060.402,90	1.108.062,92	1.128.070,78	1.079.489,78	1.136.849,09	1.108.091,25	1.110.670,09	1.109.628,92	1.111.049,85	1.197.243,71	2.343.809,98	14.553.772,17
4 - Resgate	PM+PGS	39.776,83	87.120,50	38.184,41	744.063,33	4.872,74	83.036,39	1.352.959,71	107.614,25	3.463,02	168.920,78	116.499,72	7.948,10	2.754.459,78
TOTAL	-	1.570.480,53	1.531.480,47	1.573.638,99	2.655.534,53	1.506.784,99	1.641.995,13	3.123.950,47	1.733.013,71	1.549.534,09	1.709.129,46	1.790.441,86	3.246.485,68	23.632.469,91
Receita												-		
1 - Contribuição Participante	BD+PM+PGS	540.633,66	551.528,15	536.388,01	542.146,64	555.735,60	537.789,53	555.898,81	557.470,60	572.307,78	607.109,48	757.942,55	1.316.251,51	7.631.202,32
2 - Contribuição Patrocinador	BD+PM+PGS	494.720,93	504.745,27	493.172,43	495.126,11	508.541,41	492.819,65	504.609,58	507.202,74	512.388,68	539.467,93	657.551,31	1.111.277,66	6.821.623,70
3 - Contribuição Extraordinária	PM+PGS	228.893,93	228.893,93	228.469,79	231.422,96	232.171,39	230.636,87	237.377,70	237.942,99	237.500,97	237.500,97	252.964,08	502.075,06	3.085.850,64
4 - Autopatrocinados	PM+PGS	7.908,03	9.386,54	9.647,35	9.647,35	14.468,30	9.770,03	10.834,46	9.741,66	9.552,13	10.207,17	10.593,99	21.005,88	132.762,89
5 - Portabilidade	PM+PGS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.272.156,55	1.294.553,89	1.267.677,58	1.278.343,06	1.310.916,70	1.271.016,08	1.308.720,55	1.312.357,99	1.331.749,56	1.394.285,55	1.679.051,93	2.950.610,11	17.671.439,55
SALDO	-	- 298.323,98	- 236.926,58	- 305.961,41	- 1.377.191,47	- 195.868,29	- 370.979,05	- 1.815.229,92	- 420.655,72	- 217.784,53	- 314.843,91	- 111.389,93	- 295.875,57	- 5.961.030,36

Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

2.7 Evolução do passivo atuarial da FAPERS

As principais hipóteses adotadas na reavaliação atuarial de 2014 foram:

Plano de Benefício Definido I

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 5,00% ;
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000.

Plano de Benefícios II - Plano Misto

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;

Taxa Real Anual de Juros – 5,50%;
Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000;
Tábua de Entrada em Invalidez – MULLER;
Tábua de Mortalidade de Inválidos – AT 49.

Plano Geral Saldado

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,50%;
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000;

2.8 Situação dos Planos Previdenciários da FAPERS em 2014

Plano de Benefício Definido - PBD-I

Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2014, o Plano de Benefício Definido – PBD-I apresentou um *superávit* de R$ 1.777.818,36, equivalente a 17,05% do Ativo Líquido.

Plano Geral Saldado

Durante o exercício de 2014, as Diretorias da ASCAR, FAPERS e seus respectivos Conselhos, discutiram e buscaram formas de equacionar o problema de *déficit* do PGS. As propostas de alteração no regulamento ainda em análise do Órgão Fiscalizador uma vez aprovadas contribuirão sobre maneira para que o PGS aponte para uma redução gradativa do *déficit*. Somam-se a estas ações as adequações a nova legislação em processo de implantação em atendimento as Resoluções CGPC nº 15 e nº 16 que passam a vigorar a partir de 2015.

Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2014, o Plano Geral Saldado - apresentou um *déficit* de R$ 18.452.915,08, equivalente a 9,01% do Ativo Líquido.

Destaca-se com fator principal deste desequilíbrio o cenário econômico desfavorável, a meta de retorno dos investimentos, a maturidade do plano e sua condição de saldamento.

Em novembro de 2014, atendendo a legislação e as alterações regulamentares a Fundação passou a cobrar o custeio administrativo de forma paritária, com a inclusão da cobrança de custeio dos participantes assistidos.

Na condução de todo esse processo a diretoria executiva tem aprimorado os meios de comunicação com seu quadro associativo, com ênfase a comunicação direta através de carta, AR, e-mail marketing, site da Fundação, reuniões, contatos diretos, por telefone e sites de relacionamento.

Plano de Benefício II - Plano Misto

Atendendo a legislação, ao final de cada ano é realizada uma avaliação atuarial. Em 31/12/2014, a avaliação atuarial do Plano de Benefícios II-Plano Misto apresentou um *déficit* de R$ 1.136.934,11, equivalente a 0,65% do Ativo Líquido.

Os fatores que levaram ao déficit foram:
a) Cenário econômico;
c) Meta de retorno dos investimentos (redução da taxa de juros);
d) Falta de cobertura para pagamento dos benefícios de risco;

Verifique os Pareceres Atuariais em anexo a este Relatório e confira outras informações sobre os Planos de Benefícios.

3. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

"Seu investimento na FAPERS é como o pinhão em terra fértil. Mas não basta plantar, é preciso cuidar e adubar regulamente para garantir uma colheita abundante como a longevidade da Araucária."

3. GESTÃO DE INVESTIMENTO

3.1 Cenário dos Investimentos 2014

Marco Martins
Consultor para o Núcleo de Investimentos

Depois de um pesado ano de 2013, onde os investidores passaram a maior parte do tempo tentando compreender quais eram as estratégias de política econômica, a grande maioria deles encerrou o ano tentando esquecê-lo. Já o ano de 2014 prometia ser um ano de muitas emoções, com uma Copa do Mundo em território nacional seguido de calendário eleitoral que prometia uma disputa acirrada. Do lado externo, os indicadores sinalizando recuperação para a economia americana agregava um pouco mais de incerteza, com a ameaça de um dólar mais forte. Em síntese, esperávamos que 2014 fosse um ano difícil para os investidores institucionais, com muita volatilidade nos preços dos ativos, de crescimento modesto e com algumas pressões inflacionárias.

Tais expectativas acabaram se confirmando, ao menos em parte, exceto pelo comportamento do cenário externo que, se não se declarou francamente favorável, não chegou a contribuir decisivamente para os vários problemas enfrentados pela economia brasileira em 2014. Assim, o Brasil encerrou o ano de 2014 com uma inflação pressionando consistentemente o teto da meta. A variação do IPCA[1] do ano fechou em 6,41%, mesmo com alguns preços sendo represados (petróleo e energia elétrica, por exemplo). A taxa de crescimento do PIB[2] foi próxima de zero, crescimento pífio se comparado ao histórico recente da economia brasileira e às economias desenvolvidas ou da América Latina.

A deterioração das expectativas de crescimento e de inflação pode ser evidenciada pelo Relatório Focus do Banco Central, que procura capturar semanalmente as expectativas do mercado para os principais indicadores macroeconômicos. A evolução mensal de tais expectativas para o PIB e para o IPCA de 2014 foram se deteriorando mês a mês, de maneira que no início do ano o mercado acreditava num PIB de 2,0% e um IPCA de 5,96% para 2014. O último Relatório Focus do ano, divulgado em 26 de dezembro de 2014, projetava um crescimento de PIB de 0,13% e uma projeção para a variação do IPCA de 6,38%.

Do lado das contas públicas a situação não foi diferente, o governo lançou mão de todos os instrumentos para estimular o crescimento econômico. Houve pressão nas contas públicas, abrindo mão de impostos, distribuindo financiamentos e incentivos aos mais diversos setores econômicos, subsidiando as contas de energia, etc.. Isto gerou uma deterioração da geração de superávit primário, de forma que o Brasil encerrou o ano com um superávit

1 Índice de Preços ao Consumidor Amplo
2 Produto Interno Bruto

primário equivalente 0,7% do PIB, menos da metade do superávit gerado no ano de 2013 e o pior número desde 1998. O resultado das contas externas, por sua vez, não são animadores também, com um déficit de transações correntes em níveis recordes e saldo comercial decrescente, pressionado pela queda dos preços das principais *commodities* (minério de ferro e soja, por exemplo), o governo já gastou aproximadamente US$ 100 bilhões em *swaps* cambiais para manter a "taxa de câmbio sob controle".

Em meio a este desempenho econômico muito aquém de qualquer expectativa e a inesperada morte do candidato Eduardo Campos, o Brasil assistiu a uma campanha eleitoral focada em levantar problemas econômicos e sociais sem que qualquer um dos lados apresentassem proposições consistentes para reverter o quadro econômico atual. Na prática, a eleição acabou sendo decidida a partir da capacidade dos candidatos em "desconstruir o seu adversário", com a reeleição sendo conquistada por uma pequena margem de votos.

O resultado prático deste cenário foi uma taxa de juros crescente, uma inflação leniente, beirando o teto da meta, com ameaças de rompê-lo a todo o instante. Tudo isso se traduzindo em alta volatilidade nos índices das bolsas de valores, dos índices IMA[3], que mesmo com um desempenho favorável, teve muita volatilidade ao longo do ano. A maioria dos investidores institucionais, por sua vez, aproveitaram para ajustar suas carteiras de forma a ficarem mais líquidos, diversificados e menos expostos aos riscos de mercado, tentando buscar a meta atuarial com dificuldade, mas sem aumentar a exposição de risco.

3.2 Estratégia de Investimentos

A FAPERS ao longo de todo o ano de 2014 adotou uma postura conservadora em seus investimentos, reduzindo a exposição ao risco de mercado, ou seja, no mercado acionário e aumentando a posição da carteira própria em Títulos Públicos Federais (NTN-B), com vencimentos diversos e marcados na curva.

3.3 Evolução do Patrimônio da FAPERS

Os quadros e gráfico constantes nos itens 3.3.1 a 3.3.4, demonstram a evolução Patrimonial da FAPERS de forma consolidada, comparando a posição final do ano de 2013 com a posição final do ano de 2014. Verifica-se que houve um acréscimo de 8,56% no patrimônio consolidado. Também ocorreu migração de recursos de ações e fundos de investimento para Títulos Públicos Federais, com incremento de 98,69% em relação ao ano anterior, evidenciando uma redução da exposição à risco e auferindo uma rentabilidade mais segura e constante.

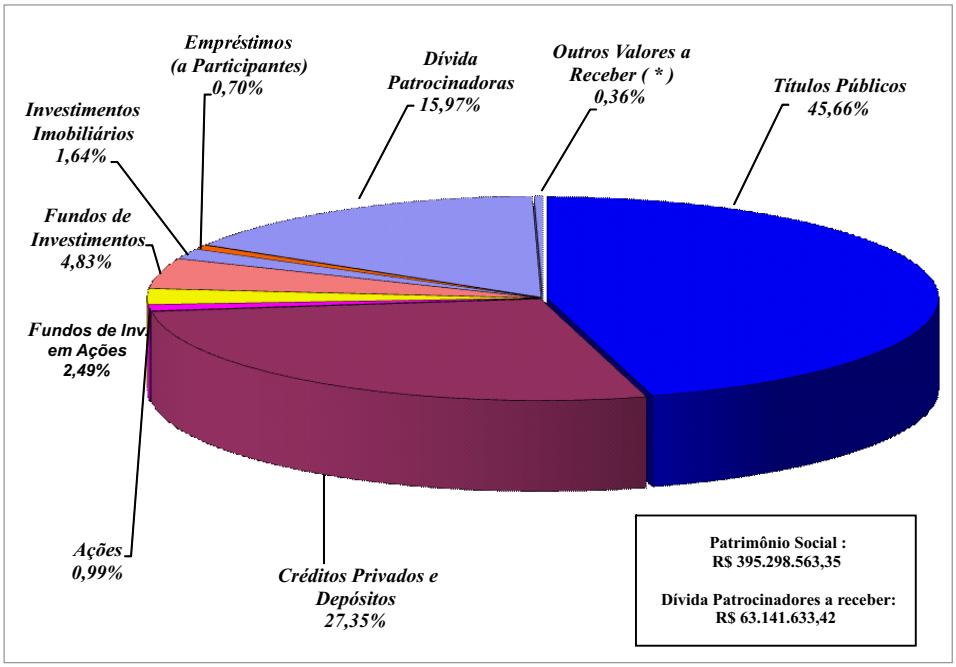
3 Índice de Mercado AMBIMA

3.3.1 Quadro Comparativo da Distribuição do Patrimônio - Consolidado

	31.12.2013		31.12.2014		Δ %
	R$	%	R$	%	%
PATRIMÔNIO SOCIAL	**364.113.410,00**		**395.298.563,35**		**8,56**
INVESTIMENTOS	**301.626.682,65**	**82,84**	**330.731.775,04**	**83,67**	**9,65**
Títulos Públicos	90.842.412,34	24,95	180.495.080,93	45,66	98,69
Créditos Privados e Depósitos	104.440.336,63	28,68	108.099.064,33	27,35	3,50
Ações	11.158.361,19	3,06	3.918.977,84	0,99	(64,88)
Fundos de Investimentos em Ações	45.052.088,74	12,37	9.855.996,34	2,49	(78,12)
Fundos de Investimentos	42.172.394,18	11,58	19.109.003,07	4,83	(54,69)
Investimentos Imobiliários	5.365.480,67	1,47	6.485.039,20	1,64	20,87
Empréstimos (a Participantes)	2.595.608,90	0,71	2.768.613,33	0,70	6,67
CONTR.EM ATRASO E DÍVIDA PATROCINADORAS	**61.425.998,67**	**16,87**	**63.141.633,42**	**15,97**	**2,79**
Contrib.em Atraso e Dívida Patrocinadora Ascar a Receber	61.239.080,19	16,82	62.951.183,68	15,92	2,80
Dívida Patrocinadora Fapers a Receber	186.918,48	0,05	190.449,74	0,05	1,89
Outros Valores a Receber	**1.060.728,68**	**0,29**	**1.425.154,89**	**0,36**	**34,36**
PATRIMÔNIO SOCIAL	**364.113.410,00**	**100,00**	**395.298.563,35**	**100,00**	**8,56**
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	356.936.804,07	98,03	389.069.952,92	98,42	9,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS	368.701.926,26	101,26	406.881.983,76	102,93	10,36
EQUILIBRIO TÉCNICO (RESULTADO)	(11.765.122,19)	(3,23)	(17.812.030,84)	(4,51)	51,40
FUNDOS (Previd. / Admin. / Invest.)	7.176.605,93	1,97	6.228.610,43	1,58	(13,21)

Fonte: Núcleo de Contabilidade

3.3.2 Gráfico da Distribuição do Patrimônio Consolidado da FAPERS em Dezembro de 2014:



Fonte: Núcleo de Contabilidade

3.3.3 Quadro da composição do Patrimônio por Plano deBenefícios e Gestão Administrativa

DEZEMBRO/2014	PLANO PBD-I		PLANO MISTO		PLANO PGS		PLANO PGA	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
INVESTIMENTOS	**9.067.300,91**	**81,49**	**169.237.124,03**	**96,83**	**150.190.629,70**	**71,72**	**2.236.720,40**	**94,24**
Títulos Públicos	4.151.502,71	37,31	96.620.965,13	55,28	78.954.815,99	37,71	767.797,10	32,35
Créditos Privados e Depósitos	4.217.668,85	37,91	53.901.875,39	30,84	49.979.520,09	23,87	-	-
Ações	137.424,50	1,24	759.506,76	0,43	3.022.046,58	1,44	-	-
Fundos de Investimentos em Ações	103.203,92	0,93	5.999.156,74	3,43	3.753.635,68	1,79	-	-
Fundos de Investimentos	265.978,09	2,39	7.958.090,59	4,55	9.416.011,09	4,50	1.468.923,30	61,89
Investimentos Imobiliários	191.522,84	1,72	2.055.679,36	1,18	4.237.837,00	2,02	-	-
Empréstimos (a Participantes)	0,00	-	1.941.850,06	1,11	826.763,27	0,39	-	-
DÍVIDAS PATROCINADORAS	**1.356.372,08**	**12,19**	**3.589.568,19**	**2,05**	**58.195.693,15**	**27,79**	**-**	**-**
Dívida Patrocinadora **Ascar**	1.356.372,08	12,19	3.564.488,98	2,04	58.030.322,62	27,71	-	-
Dívida Patrocinadora **Fapers**	-	-	25.079,21	0,01	165.370,53	0,08	-	-
Outros Valores a Receber /Pagar(*)	**702.609,35**	**6,31**	**1.947.328,03**	**1,11**	**1.011.937,91**	**0,48**	**136.817,82**	**5,76**
PATRIMÔNIO SOCIAL	**11.126.282,34**	**100,00**	**174.774.020,25**	**100,00**	**209.398.260,76**	**100,00**	**2.373.538,22**	**100,00**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

3.3.4 Composição do Patrimônio por Segmento de Investimento

3.3.4.1 Investimentos de Renda Fixa

Investimentos	Valor (R$)	Gestor
Títulos Públicos de Responsabilidade do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTNB/NTNF	180.495.080,93	FAPERS
Total	**180.495.080,93**	
Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)		
FIDC BIC CRED CORP 2	574.641,74	Banco Bic
FIDC CEEE IV-D	193.265,63	Banco PACTUAL
B FI REF DI PREMIUM	5.918.806,45	Banco BRADESCO
BNP MATCH DIFI RF CP	4.511.499,46	Banco BNP PARIBAS
BRAD INST FIRF CP	404.913,81	Banco BRADESCO
FI INSTITUCIONAL	2.345.875,98	Banco Votorantim
Total	**13.949.003,07**	
CDB/Operações Compromissadas c/ Lastro em Debêntures/DPGE		
PINE	215.985,72	FAPERS
SAFRA	3.002.680,85	FAPERS
BIC	4.781.139,68	FAPERS
BMB	5.271.516,34	FAPERS

FIBRA	2.431.961,42	FAPERS
Total	**15.703.284,01**	
CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)		
- BRC (PETROBRÁS)	3.946.231,49	FAPERS
Total	**3.946.231,49**	
Debêntures		
ALGA	5.860.933,03	FAPERS
AMPLA EN	5.092.242,98	FAPERS
BNDESPAR	22.290.491,08	FAPERS
CACHOEIR	12.170.057,92	FAPERS
CART	5.672.303,26	FAPERS
CEMIG G	7.474.945,09	FAPERS
ECPT	5.298.298,40	FAPERS
ENERGISA	4.998.332,23	FAPERS
OI SA	4.940.720,58	FAPERS
RD TIETE	8.763.991,22	FAPERS
TPI	5.886.679,78	FAPERS
VAL	553,26	FAPERS
Total	**88.449.548,83**	
Total dos Investimentos em Renda Fixa	**302.543.148,33**	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3.4.2 Investimentos de Renda Variável

Investimentos	Valor (R$)	Gestor
Cotas de FIA (Fundo de Ações)		
BNY MELLON ARX FIA	4.592.596,50	Banco NY Mellon
RIO BRAVO FU SMC FIA	5.263.399,84	Rio Bravo Investimentos
Total FIA	**9.855.996,34**	
- CARTEIRA PRÓPRIA DE AÇÕES	3.917.582,01	FAPERS
- CARTEIRA PRÓPRIA DIVIDENDOS E JUROS A RECEBER	1.395,83	FAPERS
Total Carteira Própria	**3.918.977,84**	
Total dos Investimentos em Renda Variável	**13.774.974,18**	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3.4.3 Investimentos Estruturados

Investimentos	Valor (R$)	Gestor
FII JHSF FBV - Fundo Imobiliario	5.160.000,00	Rio Bravo Investimentos
Total dos Investimentos em Renda Variável	**5.160.000,00**	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3.4.4 Investimentos Imobiliários

Localização do Imóvel	Valor (R$)	Total (R$)
a) Saldanha Marinho 33, Porto Alegre:		
Imóveis Alienados - valores a receber	-	
Imóveis para uso próprio	131.275,73	**131.275,73**
b) Empreendimento St. Moritz, Gramado:		
Imóveis/Terrenos Alienados	59.345,87	
Terrenos para a venda		**59.345,87**
c) Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	879.633,14	
Valores a receber/pagar		**879.633,14**
d) Investimento em Shopping Center, Porto Alegre:		
Lindóia Shopping - 20%	6.414.784,46	
Provisão p/ oscilações no mercado imobiliário (*)	-1.000.000,00	
Valores a receber		
Total	5.414.784,46	**5.414.784,46**
Total dos Investimentos Imobiliários		**6.485.039,20**

(*) As oscilações nos preços dos imóveis são quase sempre imperceptíveis no curto prazo. Já se comparados preços pela avaliação do mercado a cada três anos (obrigatório pela legislação) especialmente no caso do shopping center, pode haver sensíveis diferenças de valor, refletindo momentos otimistas ou recessivos do mercado. Neste contexto, por medida de cautela, provisionou-se o montante estimado como suficiente para absorver esta realidade.
Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3.4.5 Operações com Participantes:

Empréstimos aos Associados	Valor (R$)
Total dos Empréstimos aos Associados	**2.768.613,33**

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3.4.6 Total dos Investimentos

Total Investimentos	**330.731.775,04**

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.4 Rentabilidade

3.4.1 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS:

RENDA FIXA: responsável por 91,48% dos investimentos da FAPERS, na posição de 31/12/2014, obteve uma rentabilidade de 13,28% na posição consolidada, portanto superior ao seu benchmark, o CDI[4], com variação de 10,80% no ano, e, superior à Meta Atuarial que foi de 12,15% na posição consolidada, desempenho este também verificado

4 Certificado de Depósito Interbancário

em todos os planos. Esta rentabilidade deve-se principalmente ao fato da estratégia adotada pela Fundação em migrar todos os recursos possíveis para aplicação em Títulos Públicos Federais, com diversas datas de vencimento sendo que o título mais longo vence no ano de 2050. Os referidos títulos em 31/12/2014 respondiam por 54,57% dos investimentos.

RENDA VARIÁVEL: com participação de 4,17% nos investimentos da FAPERS, na posição de 31/12/2014, obteve uma rentabilidade negativa de 15,31% na posição consolidada, inferior ao seu benchmark o IBrX 100 - Índice Brasil (negativo em 2,79%) e inferior a Meta Atuarial. Este desempenho desfavorável deve-se ao fato da conjuntura econômica do país que não favoreceu os investimentos em ações no ano de 2014.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS: com um percentual de 1,56% dos investimentos, trata-se de um fundo imobiliário com cotas negociadas na Bolsa de Valores. O rendimento negativo de 11,01% deve-se ao fato deste fundo refletir os negócios ocorridos no mercado secundário, influenciados pelo desempenho do mercado acionário.

EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES: a participação deste segmento no total dos investimentos é de 0,84% alcançando uma rentabilidade de 56,55%. Esta rentabilidade foi influenciada pela reversão da provisão para perdas que ocorreu no ano. A rentabilidade desconsiderando-se este fato seria de 14,73%.

IMÓVEIS: participando com 1,95% no total dos investimentos, obteve uma rentabilidade de 37,56% influenciada pela reavaliação do Shopping Lindóia realizada em dezembro de 2014.

RENTABILIDADE DO PLANO X META ATUARIAL: a Meta Atuarial da FAPERS em 2014 ficou em 12,15% ante uma rentabilidade global de 10,70%. Mesmo que a Renda Fixa, Imóveis e Empréstimos (94,27% dos investimentos) tenham superado a meta, o desempenho negativo da renda variável e do investimento estruturado (5,73% dos investimentos), foram responsáveis pelo não atingimento da meta.

Os quadros a seguir, explicitam as informações descritas acima:

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADA E POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CONSOLIDADO FAPERS - PLANOS PREVIDENCIAIS + PGA			
SEGMENTO	RENTABILIDADE %	BENCHMARK	
		INDICADOR	%
RENDA FIXA	13,28	CDI	10,80
RENDA VARIÁVEL	-15,31	IBX	-2,79
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-11,01	M.A.	12,15
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	56,55	CDI	10,80
IMÓVEIS	37,56	M.A.	12,15
TOTAL PLANOS	10,70	M.A.	12,15

Fonte: Núcleo de Investimentos

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD1			
SEGMENTO	RENTABILIDADE %	BENCHMARK	
		INDICADOR	%
RENDA FIXA	13,30	CDI	10,80
RENDA VARIÁVEL	-35,75	IBX	-2,79
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	M.A.	11,54
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES*	36,14	CDI	10,80
IMÓVEIS	37,56	M.A.	11,54
TOTAL PLANO	10,60	M.A.	11,54

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO			
SEGMENTO	RENTABILIDADE %	BENCHMARK	
		INDICADOR	%
RENDA FIXA	13,25	CDI	10,80
RENDA VARIÁVEL	-7,94	IBX	-2,79
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-11,01	M.A.	12,07
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES*	71,47	CDI	10,80
IMÓVEIS	37,57	M.A.	12,07
TOTAL PLANO	11,11	M.A.	12,07

PLANO GERAL SALDADO - PGS			
SEGMENTO	RENTABILIDADE %	BENCHMARK	
		INDICADOR	%
RENDA FIXA	13,38	CDI	10,80
RENDA VARIÁVEL	-21,01	IBX	-2,79
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-11,01	M.A.	12,31
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	28,93	CDI	10,80
IMÓVEIS	37,56	M.A.	12,31
TOTAL PLANO	10,23	M.A.	12,31

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA			
SEGMENTO	RENTABILIDADE %	BENCHMARK	
		INDICADOR	%
RENDA FIXA	11,02	CDI	10,80
TOTAL PLANO	11,02	M.A.	10,48

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.4.2 Rentabilidade Patrimonial

A rentabilidade patrimonial é calculada com os ingressos e retiradas dos Planos. Contribuem para esta rentabilidade a remuneração dos investimentos, dos contratos de dívida e reversão de fundos e provisões, abatendo-se as despesas administrativas e constituição de fundos e provisões. Esta é a rentabilidade líquida do plano, e, a diferença dela em relação a Meta Atuarial gera superávit ou déficit. No Plano Misto, também é esta

rentabilidade que corrige o saldo de contas dos participantes. Apresentamos, a seguir, quadros com a Rentabilidade Patrimonial calculada mensalmente por plano e comparada a Meta Atuarial:

PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I - 2014 META ATUARIAL x RENTABILIDADE COTA PATRIMONIAL FAPERS				
Mês/Ano	**Mês de Utilização**	**META ATUARIAL**	**COTA FAPERS**	**VAR %**
DEZEMBRO 2013	01/2014	1,1303	1,25797307	0,0000%
JANEIRO	02/2014	1,0400	1,25941598	0,1147%
FEVEREIRO	03/2014	1,0500	1,26594604	0,5185%
MARÇO	04/2014	1,2308	1,28159626	1,2362%
ABRIL	05/2014	1,1906	1,29665897	1,1753%
MAIO	06/2014	1,0099	1,31106025	1,1106%
JUNHO	07/2014	0,6685	1,32288299	0,9018%
JULHO	08/2014	0,5379	1,33636020	1,0188%
AGOSTO	09/2014	0,5881	1,34717062	0,8089%
SETEMBRO	10/2014	0,8994	1,35155055	0,3251%
OUTUBRO	11/2014	0,7890	1,36233358	0,7978%
NOVEMBRO	12/2014	0,9396	1,36998027	0,5613%
DEZEMBRO	01/2015	1,0299	1,38749572	1,2785%
ACUMULADO ANO		**11,5397**		**10,2961%**

Fonte: Controladoria

PLANO MISTO - 2014 META ATUARIAL x COTA FAPERS				
Mês/Ano	**Mês de Utilização**	**META ATUARIAL**	**COTA FAPERS**	**VAR %**
DEZEMBRO 2013	01/2014	1,1704	4,52215656	0,0000%
JANEIRO	02/2014	1,0800	4,50237342	-0,4375%
FEVEREIRO	03/2014	1,0900	4,52877521	0,5864%
MARÇO	04/2014	1,2708	4,59099514	1,3739%
ABRIL	05/2014	1,2307	4,65129531	1,3134%
MAIO	06/2014	1,0499	4,69741315	0,9915%
JUNHO	07/2014	0,7083	4,74775076	1,0716%
JULHO	08/2014	0,5778	4,79317869	0,9568%
AGOSTO	09/2014	0,6280	4,83484223	0,8692%
SETEMBRO	10/2014	0,9394	4,84328261	0,1746%
OUTUBRO	11/2014	0,8289	4,89856472	1,1414%
NOVEMBRO	12/2014	0,9795	4,93780171	0,8010%
DEZEMBRO	01/2015	1,0699	5,02622730	1,7908%
ACUMULADO ANO		**12,0708**		**11,1467%**

Fonte: Controladoria

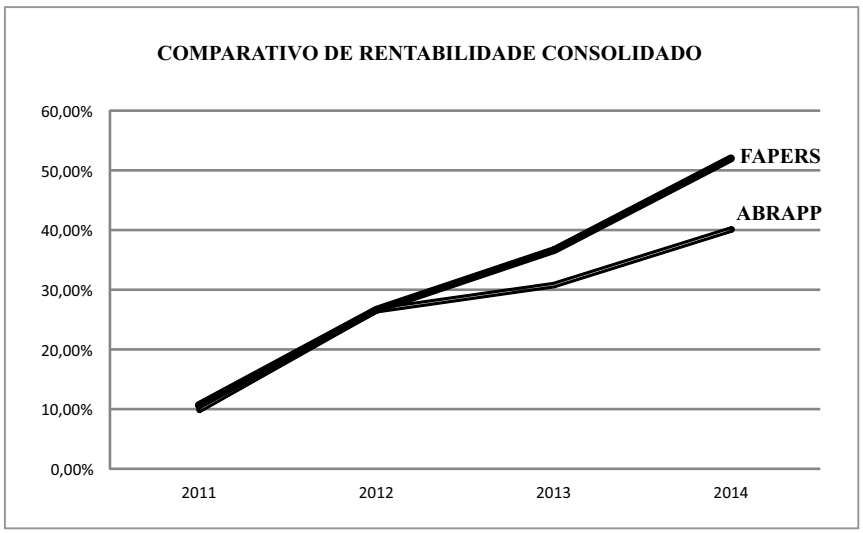
PLANO GERAL SALDADO- PGS - 2014 META ATUARIAL x RENTABILIDADE COTA PATRIMONIAL FAPERS				
Mês/Ano	**Mês de Utilização**	**META ATUARIAL***	**COTA FAPERS**	**VAR %**
DEZEMBRO 2013	01/2014	1,1903	1,22454376	0,0000%
JANEIRO	02/2014	1,0999	1,22731322	0,2262%
FEVEREIRO	03/2014	1,1100	1,23509806	0,6343%
MARÇO	04/2014	1,2908	1,25144469	1,3235%
ABRIL	05/2014	1,2506	1,26891141	1,3957%
MAIO	06/2014	1,0698	1,28226951	1,0527%
JUNHO	07/2014	0,7282	1,29583852	1,0582%
JULHO	08/2014	0,5976	1,30989091	1,0844%
AGOSTO	09/2014	0,6478	1,32105342	0,8522%
SETEMBRO	10/2014	0,9593	1,32265721	0,1214%
OUTUBRO	11/2014	0,8488	1,33542746	0,9655%
NOVEMBRO	12/2014	0,9995	1,34426502	0,6618%
DEZEMBRO	01/2015	1,0699	1,36388258	1,4594%
ACUMULADO ANO		**12,3142**		**11,3788%**

Fonte: Controladoria

3.4.3 Comparativo da Rentabilidade x Consolidado da ABRAPP

Na análise da rentabilidade nos últimos quatro anos teve-se como referência o desempenho médio das 269 Entidades de Previdencia Complementar filiadas à Abrapp em comparação a rentabilidade patrimonial auferida pela FAPERS.

O gráfico abaixo demonstra que a rentabilidade acumulada da FAPERS entre os anos de 2011 e 2014 foi de 52,13% e no mesmo período a rentabilidade média de todas as Fundações foi de 40,08%, uma diferença de 7,92%. Os dados apresentados foram extraídos do Relatório Consolidado Estatístico, disponível no seguinge link:
http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_12_2014.pdf



Fonte: Núcleo de Inves timentos

3.4.4 Alteração da Meta Atuarial

Em dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo alterou a Meta Atuarial do Plano Geral Saldado, passando de INPC + 5,75% para INPC + 5,5% obedecendo o preceito legal.

3.5 Análise do exercício pelo Núcleo de Investimentos

O ano de 2014, assim como 2013 não favoreceu a economia brasileira, ano marcado por muitas incertezas, que afetaram negativamente todas as aplicações no mercado de capitais. Por outro continuou favorecendo as aplicações em Títulos Públicos Federais que com o gradativo aumento da taxa de juros SELIC pelo Governo Federal tiveram seus cupons majorados. Diante deste cenário, a FAPERS, continuou com a estratégia já traçada no ano de 2013 em aumentar a sua participação neste segmento, trazendo mais segurança nos investimentos a taxas acima da Meta Atuarial por um longo período de tempo, já que estes títulos têm vencimentos até o ano de 2050. Toda aplicação é realizada tomando-se por base a necessidade de liquidez futura para o pagamento de benefícios. Pelo resultado apresentado podemos anuir que esta estratégia mostrou-se acertada, pois este segmento superou a meta. Outro fato a se destacar é a rentabilidade Patrimonial superior à rentabilidade dos investimentos no Plano Misto e PGS, resultante da reversão da conta de oscilação de risco e da remuneração dos contratos de dívidas com as patrocinadoras.

3.6 Gestão de Riscos

RISCO DE MERCADO: é analisado mensalmente na reunião da Comissão Mista de Investimentos, comparando com o orçamento de risco previsto na Política de Investimentos e nenhum investimento ficou desenquadrado neste quesito no ano de 2014.

RISCO DE CRÉDITO: é analisado a cada quadrimestre na Comissão Mista de Investimentos através de Relatório da evolução histórica do *rating* do emissor, visando captar eventuais deteriorações na qualidade do crédito. Não foram encontradas alterações que evidenciassem risco para a Fundação.

RISCO SISTÊMICO: é acompanhado pela análise mensal na Comissão Mista de investimentos dos cenários macro-econômicos nacional e internacional. Apesar das incertezas do rumo da economia, o que não representa deterioração sistêmica.

LEGAL E OPERACIONAL: os controles internos do Núcleo de Investimentos mostraram-se eficazes no controle dos riscos legal e operacional.

RISCO DE LIQUIDEZ: todas as aplicações realizadas no ano obedeceram ao disposto na previsão de fluxo de desembolso futuro da FAPERS, portanto não há risco de falta de liquidez e a excedente está sendo devidamente aplicada.

3.7 Enquadramento e observâncias à Lei

O enquadramento à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 2009 e à Política de Investimentos, é controlada pelo Banco Custodiante, no nosso caso o Bradesco, através da sua área de enquadramento, que analisa a cada aplicação realizada a aderência desta aplicação às normas. O mesmo também fornece posteriormente relatório dos enquadramentos de todos os investimentos da carteira da FAPERS. Até 31/12/2014 não há registros de desenquadramentos nos investimentos da Fundação.

3.8 Política de Investimentos

A Política de Investimentos rege as aplicações dos recursos financeiros da FAPERS para 2015, a qual foi aprovada pela Comissão Mista de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo. A Política de Investimento da FAPERS é individual por plano de benefício e Plano de Gestão administrativa, e, está de acordo com o que estabelece a Resolução BACEN nº 3792 de 24 de setembro de 2009, e suas alterações na Resolução nº 4275, de 31 de outubro de 2013, editada pelo Conselho Monetário Nacional CMN cujos resumos são demonstrados nos quadros abaixo.

3.8.1 Plano de Benefício Definido I - PBD-I

A FAPERS definiu, para o ano de 2015, para os investimentos do Plano de Benefício Definido I os seguintes parâmetros e limites:

ALOCAÇÃO DE RECURSOS			
Período de Referência 01/2015 a 12/2015			
Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo%
Renda Fixa	0	100	88,5
Renda Variável	0	10	5
Imóveis	0	3	1,5
Empréstimos	0	5	1,5
Investimentos Estruturados	0	5	1,5
Investimentos no Exterior	0	4	2

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Fonte: Núcleo de Investimentos

ALOCAÇÃO POR EMISSOR			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0	10	

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.8.2 Plano de Benefício II - Plano Misto

A FAPERS definiu, para o ano de 2015, para os investimentos do Plano Misto os seguintes parâmetros e limites:

ALOCAÇÃO DE RECURSOS			
Período de Referência 01/2015 a 12/2015			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0,00	100,00	86,00
Renda Variável	0,00	10,00	5,00
Imóveis	0,00	3,00	2,00
Empréstimos	0,00	5,00	2,00
Investimentos Estruturados	0,00	7,00	3,00
Investimentos no Exterior	0,00	4,00	2,00

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Fonte: Núcleo de Investimentos

ALOCAÇÃO POR EMISSOR			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI Classificados No Segmento De Investimentos Estruturados	0,00	10,00	

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	20,00	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	20,00	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	20,00	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.8.3 Plano Geral Saldado - PGS

A FAPERS definiu, para o ano de 2015, para os investimentos do Plano Geral Saldado os seguintes parâmetros e limites:

ALOCAÇÃO DE RECURSOS			
Período de Referência 01/2015 a 12/2015			
Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo %
Renda Fixa	0,00	100,00	86,00
Renda Variável	0,00	10,00	5,00
Imóveis	0,00	3,00	2,00
Empréstimos	0,00	5,00	2,00
Investimentos Estruturados	0,00	7,00	3,00
Investimentos No Exterior	0,00	4,00	2,00

Fonte: Núcleo de Investimentos

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

ALOCAÇÃO POR EMISSOR			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	20,00	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	20,00	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	20,00	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.8.4 Plano de Gestão Administrativa - PGA

A FAPERS definiu, para o ano de 2015, para os investimentos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) os seguintes parâmetros e limites:

Alocação de Recursos			
Período de Referência 01/2015 a 12/2015			
Segmento	**Mínimo%**	**Máximo %**	**Alvo%**
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta			x
Sociedade de Propósito Específico - SPE			x
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			x

Fonte: Núcleo de Investimentos

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	20,00	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	20,00	
% De um mesmo empreendimento imobiliário			X

Fonte: Núcleo de Investimentos

A seleção dos gestores e a escolha das linhas de investimentos obedecem a critérios quantitativos e qualitativos aprovados na Política de Investimentos.

A versão completa da Política de Investimentos para cada Plano de Benefícios está disponibilizada no site da Fundação no ícone Investimentos/ Política de Investimentos.

3.9 Estrutura Anual de Gastos dos Investimentos

O Custeio Administrativo da FAPERS é dividido entre a Gestão Previdencial e a Gestão de Investimentos. A referida divisão é regrada pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

Conforme previsto no Art. 35 do Estatuto da Fundação, o orçamento anual é apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, o qual aprecia e aprova até o dia 31 de dezembro de cada ano civil para o próximo exercício. Ainda segundo o referido artigo, anualmente no mês de agosto, o Conselho Deliberativo examinará o desempenho da Fundação no primeiro semestre do mesmo ano e autoriza eventuais alterações no Orçamento para o restante do exercício.

O orçamento é uma expectativa de gastos baseada no histórico, ajustado pela previsão dos núcleos da Fundação e tem como objetivo reger todos os gastos da Fundação.

O quadro abaixo demonstra os de gastos no ano de 2014:

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL 2014	GESTÃO INVESTIMENTOS 2014	TOTAL 2014	*TOTAL 2013*	Δ %
DESPESAS COMUNS	**1.051.060,08**	**1.021.548,09**	**2.072.608,17**	**2.361.296,74**	**-12,23**
PESSOAL E ENCARGOS	629.898,73	648.045,54	1.277.944,27	1.292.618,64	-1,14
TREINAMENTOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	5.299,14	5.451,82	10.750,96	21.366,46	-49,68
VIAGENS E ESTADIAS	24.474,53	25.179,66	49.654,19	63.817,55	-22,19
SERVIÇOS DE TERCEIROS	295.856,80	244.588,03	540.444,83	788.001,65	-31,42
DESPESAS GERAIS	89.341,89	91.915,76	181.257,65	181.527,06	-0,15
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	6.188,99	6.367,28	12.556,27	13.965,38	-10,09
DESPESAS ESPECÍFICAS	**21.605,16**	**22.227,53**	**43.832,69**	**219.509,38**	**-80,03**
TRIBUTOS - Tafic	10.535,76	10.839,24	21.375,00	21.375,00	0,00
PESSOAL PRÓPRIO - Encargos Dívida Patroc.Fapers	11.069,40	11.388,29	22.457,69	198.134,38	-88,67
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**1.072.665,24**	**1.043.775,62**	**2.116.440,86**	**2.580.806,12**	**-17,99**

SERVIÇOS DE DE CUSTÓDIA	TOTAL 2014	*TOTAL 2013*	Δ %
Plano de Benefício Definido - PBD-I	16.864,36	16.849,13	0,09
Plano Misto - PM	75.015,02	63.814,85	17,55
Plano Geral Saldado - PGS	69.433,51	64.138,64	8,26
Plano de Gestão Administrativa - PGA	14.160,97	14.309,91	-1,04
Total Serviços de Custódia	**175.473,86**	**159.112,53**	**10,28**

Fonte: Núcleo de Investimentos

Verifica-se uma redução de 17,99% no total dos Custos com a Gestão, devido à redução dos custos na maioria dos subgrupos deste item, conforme detalhado no quadro acima.

Referente aos Serviços de Custódia houve um acréscimo de 10,28%. Três fatores concorreram para este fato:

a) Aumento natural do Patrimônio da Fundação pelo ingresso de recursos novos e pela rentabilidade, onde o custo da custódia é determinado por um percentual sobre o patrimônio de cada plano;
b) Transferência massiva de recursos aplicados em fundos abertos e títulos privados para NTN-B'S. Em junho 2013 a FAPERS possuía R$ 6,7 milhões, em dezembro/2013, R$ 90,8 milhões e um ano após, dezembro/2014, R$ 180,4 milhões. Este movimento foi extremamente saudável tanto pelo aspecto de risco no longo prazo considerando a garantia do governo federal como pela compatibilização da rentabilidade do Ativo com a da Meta Atuarial.
c) Na parcela anteriormente aplicada em Fundos Abertos, despesas como SELIC, CETIP, e especialmente da Custódia para as aplicações nos fundos do Bradesco não eram debitadas. Na medida que adquirimos títulos para a carteira própria, passamos a pagar estas despesas.

4. GESTÃO CONTÁBIL

"Ao colher os resultados, certifique-se da qualidade do que está sendo colhido, somente boas sementes produzirão novos frutos".

4. GESTÃO CONTÁBIL

4.1 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são relatórios que englobam informações que devem ser divulgadas pelas fundações, de acordo com as exigências da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013. As referidas demonstrações são uma representação monetária estruturada e tem como objetivo prestar informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, além de mostrarem os resultados do gerenciamento, pela administração, dos recursos que lhe são confiados. Estas informações, em conjunto com as constantes nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, auxiliam os participantes a estimar os resultados e os fluxos financeiros futuros da entidade.

Visando facilitar o entendimento das tabelas demonstradas neste Relatório, é importante lembrar que o Ativo corresponde aos bens e direitos da Fundação, ou seja, a aplicação dos recursos. O Passivo corresponde às obrigações da Fundação, sendo ao mesmo tempo onde se originam os recursos, mas também os compromissos a serem pagos. Já o Patrimônio Social é o resultado da soma dos bens, direitos e obrigações da Fundação. Desta forma, o equilíbrio entre o ativo e passivo é fundamental para a saúde financeira da Fundação.

Então, o resultado entre o ativo e o passivo podem gerar situações de *déficit* ou de *superávit*. Entende-se por *déficit* quando não há recursos suficientes para cumprir com os compromissos dos Planos. *Superávit* quando os recursos superam os compromissos dos Planos.

Veja no item 4.6 o “Glossário: conhecendo o terreno da contabilidade”, onde constam descrições dos principais termos utilizados nas Demonstrações Contábeis das Fundações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste documento seguirão a seguinte ordem:
1) Balanço Patrimonial;
2) Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado;
3) Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios;
4) Demonstrativo do ativo líquido por plano de benefício;
5) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado;
6) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano.

Neste relatório as Demonstrações Contábeis serão apresentadas de forma individual, isto é, por plano (PBD I, Plano Misto, PGS e PGA) e consolidadas, que é a soma de todos os planos. Os valores são expressos em milhares de reais (R$ mil), por exemplo, onde consta R$ 500 mil leia-se: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

A maioria dos demonstrativos compara o exercício atual com o exercício anterior e leva em consideração os registros dos exercícios financeiros (neste relatório o exercício atual refere-se a 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014).

A coluna "Variação %", dos demonstrativos, representa o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior.

Cultive seu Plano, acessando no site da Fundação o ícone

e acompanhe as Demonstrações Contábeis anuais e os balancetes mensais.

4.2 Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014

O Balanço Patrimonial atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade (ativo/passivo) por ocasião do encerramento do exercício, como apresentado no demonstrativo abaixo:

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
DISPONÍVEL	**147**	**60**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**	**925**	**926**
REALIZÁVEL	**396.170**	**365.098**	GESTÃO PREVIDENCIAL	415	371
GESTÃO PREVIDENCIAL	64.988	63.042	GESTÃO ADMINISTRATIVA	398	366
GESTÃO ADMINISTRATIVA	448	429	INVESTIMENTOS	112	189
INVESTIMENTOS	330.734	301.627	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	**123**	**157**
TÍTULOS PÚBLICOS	180.496	90.843	GESTÃO PREVIDENCIAL	123	157
CRÉDITO PRIVADOS E DEPÓSITOS	108.099	104.440	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**395.299**	**364.113**
AÇÕES	3.918	11.158	**PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO**	**389.070**	**356.937**
FUNDOS DE INVESTIMENTO	28.967	87.225	**PROVISÕES MATEMÁTICAS**	**406.882**	**368.702**
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO	6.485	5.365	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	260.736	229.657
EMPRÉSTIMOS	2.769	2.596	BENEFÍCIOS A CONCEDER	185.125	176.312
PERMANENTE	**30**	**38**	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-38.979	-37.267
IMOBILIZADO	29	35	**EQUILÍBRIO TÉCNICO**	**-17.812**	**-11.765**
INTANGÍVEL	1	2	RESULTADOS REALIZADOS	-17.812	-11.765
DIFERIDO	0	1	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-17.812	-11.765
			FUNDOS	**6.229**	**7.176**
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.502	2.474
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.374	4.401
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	353	301
TOTAL DO ATIVO	**396.347**	**365.196**	**TOTAL DO PASSIVO**	**396.347**	**365.196**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Analisando o Balanço Patrimonial pode-se observar que houve um acréscimo de 8,53% no total do ativo de 2014 em relação a 2013. Este acréscimo se deve, principalmente, ao incremento de novos recursos investidos (contribuições de Participantes e Patrocinadores).

Houve um acréscimo no *déficit t*em decorrência principalmente da diferença entre meta atuarial e rentabilidade dos ativos.

4.3 Demonstrações Patrimoniais e de Resultado dos Planos

As Demonstrações Patrimoniais e de Resultados visam apresentar as mutações do patrimônio social e do ativo líquido da Fundação.

4.3.1 Demonstração da mutação do patrimônio social (DMPS)

A demonstração da mutação do patrimônio social de forma consolidada atesta as modificações do patrimônio social dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício, confrontando o patrimônio social atual com o anterior.

Entendendo a DMPS	
A) Patrimônio Social – início do exercício	São os recursos que a Fundação possuía para cumprir com as suas obrigações no final de 2012.
1. Adições	São os recursos que a Fundação recebeu durante o ano e que aumentaram o seu patrimônio.
2. Destinações	São as saídas de recursos que ocorreram durante o ano.
3. Acréscimos/Decréscimos	Mostra o resultado entre as adições e as destinações ocorridas no patrimônio social da entidade.
B) Patrimônio Social – final do exercício	Apresenta os recursos que a entidade possui para cumprir com as obrigações no final de 2013.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

No demonstrativo abaixo é possível analisar as adições (item 1), deduções (item 2) e o total de acréscimos ou decréscimos (item 3) ocorridos no patrimônio durante o ano.

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
A) PATRIMONIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**364.113**	**284.815**	**27,84**
1. ADIÇÕES	**60.272**	**103.171**	**-41,58**
(+) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	26.644	78.871	-66,22
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	30.219	21.209	42,48
(+) REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	33	0	0,00
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	2.828	2.793	1,25
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	497	273	81,98
(+) CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	51	25	104,00
2. DESTINAÇÕES	**-29.086**	**-23.873**	**21,84**
(-) BENEFÍCIOS	-23.734	-21.135	12,30
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	-157	0,00
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-5.352	-2.581	107,36
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	**31.186**	**79.298**	**-60,67**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	38.180	-4.345	-978,71
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-6.047	81.183	-107,45
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	1.028	1950	-47,28
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-2027	485	-517,94
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	52	25	108,00
B) PATRIMONIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**395.299**	**364.113**	**8,56**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

4.3.2 Demonstração da mutação do ativo líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

Este demonstrativo tem por finalidade evidenciar, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Entendendo a DMAL	
A)Ativo Líquido – Início do Exercício	Representa o valor disponível para pagamento dos benefícios prometidos no início de cada ano.
1. Adições	São valores recebidos para pagamento dos benefícios e o resultado positivo dos investimentos da gestão previdencial.
2. Destinações	Corresponde aos benefícios pagos da gestão previdencial e o custeio resultado negativo dos investimentos da gestão previdencial e o custeio administrativo.
3. Acréscimos/Decréscimos	Representa o aumento ou a diminuição do montante dos recursos do Plano.
B) Ativo Líquido – Final de Exercício	É o valor disponível para pagamento dos benefícios nofinal de cada ano.
C) Fundos não Previdenciais	São os valores para pagamento das despesas administrativas quando as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas realizadas no período e quitação de empréstimos e financiamento por morte.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

Na leitura do DMAL, encontramos o Patrimônio Social somando o Ativo Líquido no final do exercício(B) com os Fundos não Previdenciais (C).

Plano de Benefício Definido I/CNPB: 19810000747 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**9.982**	**8.280**	**20,56**
1. ADIÇÕES	**1.085**	**2.295**	**-52,72**
(+) CONTRIBUIÇÕES	242	1494	-83,81
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	843	801	5,27
2. DESTINAÇÕES	**-638**	**-593**	**7,59**
(-) BENEFÍCIOS	-622	-582	6,85
(-) RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-4	0	0,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-12	-11	12,27
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**447**	**1702**	**-73,74**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-464	881	-152,66
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	17	821	-97,88
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**10.429**	**9.982**	**4,48**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**698**	**616**	**13,31**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	695	614	13,15
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3	2	26,53

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo do Plano de Benefícios I, verifica-se um aumento no Ativo Líquido de 4,48%.

Plano Misto - Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**149.947**	**132.323**	**13,32**
1. ADIÇÕES	**31.134**	**26.609**	**17,01**
(+) CONTRIBUIÇÕES	14.683	16.692	-12,04
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	16.418	9.917	65,55
(+) REVERSÃO DE CONTIGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	33	0	0,00
2. DESTINAÇÕES	**-7.204**	**-8.985**	**-19,82**
(-) BENEFÍCIOS	-8.558	-7.819	9,46
(-) RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-644	0	0,00
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTIGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	-157	0,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	1.998	-1009	-298,02
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**23.930**	**17.624**	**35,78**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-22.771	14.651	-255,42
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	660	137	381,75
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-1.819	2.836	-164,14
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**173.877**	**149.947**	**15,96**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**897**	**3.261**	**-72,49**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	587	2.977	-80,28
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	310	284	9,16

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Plano Misto no demonstrativo da página anterior visualizamos um aumento no Ativo Líquido de 15,96%.

Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2014	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2013	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**199.482**	**140.020**	**42,47**
1. ADIÇÕES	**24.291**	**72.700**	**-66,59**
(+) CONTRIBUIÇÕES	10.260	62.209	-83,51
(+) RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	14.031	10.491	33,75
2. DESTINAÇÕES	**-15.507**	**-13.238**	**17,14**
(-) BENEFÍCIOS	-14.554	-12.734	14,29
(-) RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-426	0	0,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-527	-504	4,58
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**8.784**	**59.462**	**-85,23**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-14.945	-19.877	-24,81
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	-1.688	1.813	-193,11
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	7.849	77.526	-89,88
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**208.266**	**199.482**	**4,40**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.132**	**825**	**37,20**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.092	810	34,78
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	40	15	167,59

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No PGS o demonstrativo DMAL apresenta um aumento no Ativo Líquido de 4,40%.%.

4.3.3 Comparativo entre a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado (DMPS) e da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

O Patrimônio Social Consolidado apresentado no DMPS é a soma do Ativo Líquido no final do exercício com os Fundos no DMAL de cada plano, conforme o quadro abaixo:

DMPS X DMAL x BALANÇO	DMAL			DMPS
	PBD I	P. MISTO	PGS	BALANÇO
Ativo Líquido	10.429	173.877	204.764	389.070
Fundo Previdencial	0	0	3.502	3.502
Fundos não Previdenciais	698	897	1.132	2.727
Patrimônio Social	11.127	174.774	209.398	395.299

Fonte: Núcleo de Contabilidade

4.3.4 Demonstração do ativo líquido por plano de benefício (DAL)

A demonstração do ativo líquido por plano de benefício equivale ao Balanço Patrimonial por plano de benefícios. O objetivo deste é evidenciar, de forma individual, a situação do ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) de cada plano de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

Entendendo a DAL	
1. Ativos	É o valor (patrimônio) que o plano de aposentadoria dispõe para pagar os compromissos assumidos.
2. Obrigações	São os pagamentos imediatos e futuros do plano de aposentadoria.
3. Fundos não Previdenciais	São os valores para pagamento das despesas administrativas quando as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas realizadas no período e quitação de empréstimos e financiamento por morte.
4. Resultados a realizar*	Corresponde a valores pagos em títulos pelo Patrocinador do plano que se transformará em dinheiro no futuro.
5. Ativo líquido	Mostra o montante de recursos que o plano possui para cumprir com o pagamento dos benefícios.

* Com relação ao item 4, este não aparecerá no DAL da FAPERS porque não existe movimento.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

Plano de Benefício Definido I/CNPB: 1981000747 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
1. ATIVOS	**11.134**	**10.609**	**4,94**
DISPONÍVEL	9	8	12,50
RECEBÍVEL	2.057	1929	6,62
INVESTIMENTO	9.068	8.672	4,57
TÍTULOS PÚBLICOS	4.152	1.339	210,05
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	4.218	3.505	20,33
AÇÕES	137	280	-50,92
FUNDOS DE INVESTIMENTO	369	3.379	-89,07
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	192	158	21,22
EMPRÉSTIMOS	0	11	-100,00
2.OBRIGAÇÕES	**7**	**11**	**-36,36**
OPERACIONAL	7	11	-36,36
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**698**	**616**	**13,27**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	695	614	13,15
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3	2	50,00
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**10.429**	**9.982**	**4,48**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	8.651	8.187	5,67
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	1.778	1795	-0,96

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo acima observa-se um aumento de 4,94% nos Ativos do PBD-I e uma redução de 36,36% nas Obrigações, que fazem parte do Passivo do plano. Também é possível notar um acréscimo de 13,27% nos Fundos não previdenciais, de 5,67% nas Provisões matemáticas e uma redução de 0,96% no Superávit Técnico do plano, ocasionando o aumento de 4,48% no Ativo líquido, conforme já visto no DMAL.

Plano Misto- Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
1. ATIVOS	**175.266**	**153.717**	**14,02**
DISPONÍVEL	72	26	177,18
RECEBÍVEL	5.957	8.399	-29,07
INVESTIMENTO	169.237	145.292	16,48
TÍTULOS PÚBLICOS	96.621	45.786	111,03
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	53.902	50.373	7,01
AÇÕES	759	4.523	-83,22
FUNDOS DE INVESTIMENTO	13.957	41.193	-66,12
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.056	1.701	20,85
EMPRÉSTIMOS	1.942	1.716	13,16
2.OBRIGAÇÕES	**492**	**509**	**-3,29**
OPERACIONAL	369	352	4,86
CONTINGENCIAL	123	157	-21,56
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**897**	**3.261**	**-72,49**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	587	2.977	-80,28
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	310	284	9,16
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**173.877**	**149.947**	**15,96**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	175.014	152.243	14,96
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	-1.137	-2.957	-61,55
FUNDOS PREVIDENCIAIS	0	661	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DAL do Plano Misto visualiza-se um aumento de 14,02% nos Ativos e uma redução de 3,29% nas Obrigações. Também uma redução de 72,49% nos Fundos não previdenciais, um aumento de 14,96% nas Provisões matemáticas e diminuição de 61,55% no Déficit Técnico do plano, ocasionando o aumento de 15,96% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do Plano de Benefícios II.

Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
1. ATIVOS	**209.549**	**200.504**	**4,51**
DISPONÍVEL	9	5	76,79
RECEBÍVEL	59.348	57115	3,91
INVESTIMENTO	150.192	143.384	4,75
TÍTULOS PÚBLICOS	78.955	43.059	83,36
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	49.980	50.562	-1,15
AÇÕES	3.022	6.355	-52,45
FUNDOS DE INVESTIMENTO	13.170	39.033	-66,26
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.238	3.506	20,87
EMPRÉSTIMOS	827	869	-4,86
2.OBRIGAÇÕES	**151**	**197**	**-23,56**
OPERACIONAL	151	197	-23,56
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.132**	**825**	**37,20**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.092	810	34,78
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	40	15	167,59
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**208.266**	**199.482**	**4,40**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	223.217	208.272	7,18
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	-18.453	-10.603	74,03
FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.502	1813	93,18

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo do PGS, visualizou-se um aumento de 4,51% nos Ativos e uma diminuição de 23,56% nas Obrigações. Também um acréscimo de 37,20% nos Fundos não previdenciais e aumento de 7,18% nas Provisões matemáticas e de 74,03% no Déficit Técnico do plano, resultando em aumento de 4,40% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do PGS.

4.4 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

O DPGA mostra as receitas e as despesas administrativas da Fundação e o Fundo Administrativo.

Entendendo a DPGA	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	É o valor do Fundo Administrativo no início de cada exercício.
1. Custeio da Gestão Administrativa	São os valores recebidos para pagamento das despesas administrativas.
2. Despesas Administrativas	São valores gastos pela Fundação para a administração dos planos de benefícios.
3. Resultados Negativos dos Investimentos	Representa o resultado negativo obtido com as aplicações dos recursos do fundo administrativo.
4. Sobra/Insuficiência	É a diferença entre receitas e despesas
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	Depende muito do item anterior, se tiver sobra aumenta o Fundo administrativo, se tiver insuficiência diminui o Fundo.
6. Fundo Administrativo do exercício atual	É o valor do fundo administrativo no final do exercício.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

No demonstrativo abaixo, verifica-se o resultado da gestão administrativa da Fundação na administração dos planos de benefício, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2014	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2013	VARIAÇÃO %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**4.401**	**3.916**	**12,39**
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**3.325**	**3.068**	**8,38**
1.1. RECEITAS	**3.325**	**3.066**	**8,45**
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	1.779	1.524	16,73
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	1.045	1.269	-17,65
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4	0	0,00
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	497	273	82,05
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**-5.352**	**-2.581**	**107,36**
2.1 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	**-1.073**	**-1.312**	**-18,22**
PESSOAL E ENCARGOS	-641	-755	-15,10
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-5	-11	-54,55
VIAGENS E ESTADIAS	-25	-32	-21,88
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-296	-403	-26,55
DESPESAS GERAIS	-89	-103	-13,59
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-6	-8	-25,00
TRIBUTOS	-11	0	0,00
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	**-1.041**	**-1.269**	**-17,97**
PESSOAL E ENCARGOS	-657	-736	-10,73
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-5	-10	-50,00
VIAGENS E ESTADIAS	-25	-31	-19,35
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-245	-385	-36,36
DESPESAS GERAIS	-92	-100	-8,00
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-6	-7	-14,29
TRIBUTOS	-11	0	0,00
2.4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	**-3.238**	**0**	**0,00**
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2)	**-2.027**	**485**	**-517,94**
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	**-2.027**	**485**	**-517,94**
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	**2.374**	**4.401**	**-46,06**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Neste demonstrativo verificou-se um aumento de 16,73% nas receitas de custeio Administrativo da Gestão Previdencial e redução de 17,65% nas receitas de custeio Administrativo da gestão Investimentos, e um aumento no resultado positivo dos investimentos de 82,05%. Houve um acréscimo nas despesas administrativas de 107,36%, em função da reversão do Fundo Administrativo do Plano Misto.

4.5 Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios (DPT)

De acordo com a Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, a partir de 01 de janeiro de 2014 as Demonstrações das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios (DOAP) foram substituídas pelas Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício (DPT).

Entendendo a DPT	
Provisões técnicas	É a soma dos itens 1, 2, 3, 4 e 5.
1. Provisões matemáticas	São os valores comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do Plano.
2. Equilíbrio Técnico	Representa a sobra ou falta de recursos no Plano.
3. Fundos	São os fundos administrativos, de investimentos e previdenciais.
4. Exigível operacional	Somatório dos compromissos de curto prazo já assumidos pela entidade, tais como benefícios a pagar, despesas administrativas a pagar, impostos e taxas a serem pagos, entre outros.
5. Exigível contingencial	Valor provisionado relativo a processo judicial.

Fonte: ABRAPP e ANCEP: Entendendo as demonstrações contábeis do seu Plano de aposentadoria.

As Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício (DPT) evidenciam, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela FAPERS. Em suma, mostra os valores das obrigações presentes e futuras do plano com seus participantes.

As Provisões Técnicas correspondem ao somatório das Reservas Matemáticas, do Equilíbrio Técnico, dos Fundos, do Exigível Operacional e do Exigível Contingencial. O somatório das Provisões Matemáticas e do Equilíbrio Técnico corresponde ao Patrimônio de cobertura do plano, também conhecido como Ativo Líquido do plano, que adicionados aos Fundos correspondem ao Patrimônio Social da entidade.

Também visualizamos estas rubricas de forma individual no DAL item 4.4 (linha nº 5 - Ativo Líquido) e no DMAL item 4.3.2 (linha letra B - Ativo liquido) de cada plano, e de forma consolidada no Balanço Patrimonial da fundação.

Plano de Benefício Definido I/CNPJ: 19810000747 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2014	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2013	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**10.438**	**9.994**	**4,45**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**8.651**	**8.187**	**5,67**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**7.667**	**7.324**	**4,68**
BENEFÍCIO DEFINIDO	7.667	7.324	4,68
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**984**	**863**	**14,02**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**872**	0	0
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	872	0	0
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	**112**	0	0
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	112	0	0
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**1.778**	**1.795**	**-0,96**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**1.778**	**1.795**	**-0,96**
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	1.778	1.795	-0,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.778	1.795	-0,96
3. FUNDOS	**3**	**2**	**26,53**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	3	2	26,53
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**7**	**10**	**-30,00**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	3	3	13,04
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	4	7	-42,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No PBD-I, houve aumento de 5,67% nas Provisões matemáticas, redução de 0,96% nos resultados realizados, aumento de 26,53% nos Fundos da Gestão Previdencial e redução de 30% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 4,45% nas Provisões Técnicas do Plano.

Plano Misto- Plano de Benefício II/CNPJ: 2000008038 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2014	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2013	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	**174.679**	**150.739**	**15,88**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**175.014**	**152.242**	**14,96**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**62.264**	**52.474**	**18,66**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	1.581	1.278	23,71
BENEFÍCIO DEFINIDO	60.683	51.196	18,53
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**114.906**	**101.861**	**12,81**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	**114.906**	**101.861**	**12,81**
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	37.892	33.684	12,49
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES BENEFÍCIO DEFINIDO	77.014	68.177	12,96
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-2.156**	**-2.093**	**3,01**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-2.156**	**0**	**0**
(-) ASSISTIDOS	-2.156	0	0
(+/-) POR AJUSTE DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	**0**	**-2.093**	**0**
(+/-) PARTICIPANTES	0	-2.093	0
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**-1.137**	**-2.957**	**-61,55**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**-1.137**	**-2.957**	**-61,55**
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-1.137	-2.957	-61,55
3. FUNDOS	**310**	**945**	**-67,20**
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	0	661	0,00
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	310	284	9,15
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**369**	**352**	**4,83**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	312	263	18,63
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	57	89	-35,96
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**123**	**157**	**-21,66**
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	123	157	-21,66

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Demonstrativo do Plano Misto verificou-se um aumento de 14,96% nas Provisões Matemáticas, diminuição de 61,55% no *Déficit* Técnico do plano, redução de 67,20% nos Fundos e aumento de 4,83% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 15,88% nas Provisões Técnicas do Plano.

Plano Geral Saldado/CNPJ: 2008004783 - Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2014	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2013	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**208.457**	**199.696**	**4,39**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**223.217**	**208.273**	**7,18**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**190.805**	**169.859**	**12,33**
BENEFÍCIO DEFINIDO	190.805	169.859	12,33
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**69.235**	**73.588**	**-5,92**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**60.015**	0	0
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	60.015	0	0
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	**9.220**	0	0
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	9.220	0	0
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-36.823**	**-35.174**	**4,69**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-36.823**	**0**	**0**
(-) ASSISTIDOS	-36.823	0	0
(+/-) POR AJUSTE DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	**0**	**-35.174**	**0**
(+/-) PARTICIPANTES	0	-35.174	0
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**-18.453**	**-10.603**	**74,04**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**-18.453**	**-10.603**	**74,04**
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-18.453	-10.603	74,04
3. FUNDOS	**3.542**	**1.828**	**93,76**
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.502	1.813	93,16
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	40	15	166,67
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**151**	**198**	**-23,74**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	100	105	-4,76
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	51	93	-45,16

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No PGS, houve aumento de 7,18% nas Provisões matemáticas, de 74,04% no *Déficit* Técnico do plano, de 93,76% nos Fundos e diminuição de 23,74% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 4,39% nas Provisões Técnicas do Plano.

4.6 Glossário

Conhecendo o terreno da Contabilidade!

PATRIMÔNIO SOCIAL: Total do Patrimônio de Cobertura do Plano somado ao total dos Fundos. Equivale ao resultado da soma dos Bens e direitos (Ativo) deduzidos das Exigibilidades e Obrigações (Passivo Exigível Operacional e Contingencial) do Plano de Benefícios.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO: Montante de recursos que o Plano de Benefícios possui para cumprir com o pagamento das suas obrigações. É o somatório das Provisões Matemáticas e do Equilíbrio Técnico.

PROVISÕES MATEMÁTICAS: Montante de recursos necessário para entidade cumprir com as obrigações do Plano de Benefícios. São os valores já comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do plano.

EQUILÍBRIO TÉCNICO: Representa a sobra ou falta de recursos do plano. Quando o resultado entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas for positivo denomina-se SUPERÁVIT, isto é, o plano de benefícios possui recursos suficientes para cumprir com as suas obrigações; quando este resultado for negativo denomina-se DÉFICIT, ou seja, não há recursos suficientes para o plano honrar os seus compromissos.

FUNDOS: Valores do Patrimônio Social do Plano de Benefícios com destinação específica. São eles:

FUNDOS PREVIDENCIAIS:
- CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - RESERVA COR: Conta creditada com valores sem direito a resgate nos casos de desligamento, com valores de extinção de benefícios concedidos e outras sobras de qualquer natureza. Esta conta suprirá eventual insuficiência da CCBR e da CCBC ou delas receberá crédito proveniente de eventual *superávit*.

- FUNDO P/ RISCO IMINENTE DE PARTICIPANTES ATIVOS ELEGÍVEIS - FUNDO RI: Conta creditada com valores dos benefícios de participantes já elegíveis ao recebimento de benefício, mas que ainda não exerceram seu direito.

FUNDOS ADMINISTRATIVOS: Constituído pelas sobras das contribuições administrativas dos Planos de Benefícios.

FUNDOS DOS INVESTIMENTOS:
- FUNDO P/ COBERTURA DE EMPRÉSTIMOS POR MORTE OU INVALIDEZ: Constituído pelo crédito da "taxa de seguro" cobrada na concessão de empréstimos, com a finalidade de fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos caso ocorra morte e/ou invalidez permanente do participante.

- FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO - FGE: Constituído pelo crédito da "taxa de inadimplência" cobrada na concessão de empréstimos, com a finalidade de compensar eventuais inadimplências de empréstimo pessoal.

4.7 Notas Explicativas

NOTA 1 - Contexto Operacional

A **Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída pelo Patrocinador Instituidor **Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR**, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, através do Banco Central do Brasil - Bacen, com autorização de funcionamento concedida através da Portaria MPAS nº 2.463, de 24 de março de 1981, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

Os objetivos da FAPERS são administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, aos empregados vinculados aos Patrocinadores, aos associados, aos Instituidores e grupos familiares dos mesmos, pagar benefícios previdenciais e promover o bem-estar social dos seus destinatários.

Os recursos de que a FAPERS dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, segregados e individualizados nos Investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Bradesco S/A.

NOTA 2 - Planos de Benefícios

Plano de Benefício Definido - PBD-I - quando de sua constituição em 1981, a FAPERS adotou a modalidade de Plano de Benefício Definido, que foi aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000. Em 06 de abril de 2006, foram

aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.118 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefício Definido I – PBD-I.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3867/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 4278/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 29/12/2008 conforme Portaria MPS/SPC nº 2691, publicada no Diário Oficial em 29/12/2008.

Plano de Benefícios II - Plano Misto - em fevereiro de 2001, a FAPERS por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Variável – Plano Previdenciário Misto, tendo seu Regulamento aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000.

Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.117 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3865/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Misto a sua vigência foi a partir de 29/12/2008.

Plano Geral Saldado - PGS - Em 26 de dezembro de 2008 foi aprovada a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Geral Saldado a sua vigência foi a partir de 01/01/2010.

Em 27 de agosto de 2014 foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 2749/CGAT/DITEC/PREVIC, com vigência a partir de 29/08/2014, conforme Portaria MPS/SNPC nº 468 publicada no Diário Oficial em 29/08/2014.

NOTA 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em cumprimento à Resolução CNPC nº01, de 03 de março de 2011, Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009, alterada pela IN nº 6 de 13 de novembro de 2013, Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e pela Resolução MPS/CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011.

A Resolução MPS/CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011, determinou em seu Anexo B, os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, por Plano de Benefícios (opcional) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefícios, de acordo com a Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013.

Atendemos às determinações do Ofício Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC, referentes ao item 2.1., da inclusão no DMPS do valor registrado na conta "4.4 – Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios", e itens 2.2. e 2.3., informando na DPGA Consolidada e na DPGA por Planos de Benefícios os valores das despesas Administrativas com Tributos e também o montante registrado na conta "4.4 – Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios".

Os balancetes da FAPERS são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados e manter o controle das migrações de recursos entre as diferentes gestões e planos de benefícios. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, em conformidade com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

NOTA 4 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela FAPERS para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

4.1 - O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada Gestão e Plano.

4.2 - Os Títulos Públicos e de Créditos Privados e Depósitos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos de cada mês de competência e ajustados ao valor provável de realização, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

4.3 - As ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008, anteriormente a avaliação dos componentes do segmento de renda variável era pelo valor de mercado com base na cotação média ao final de cada mês.

4.4 - As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor.

4.5 - Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data da última cotação de cada mês de competência.

4.6 - Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. As instalações em geral são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

4.7 - Os Empréstimos correspondem a empréstimos simples e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência.

4.8 - Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos na Instrução SPC/MPS n.º 34, Anexo 'A' de 24/09/2009, para Contribuições e Empréstimos dos Planos de Benefícios, conforme quadro abaixo.

Atraso de	% aplicado s/valor dos créditos vencidos e vincendos
61 a 120 dias	25%
121 a 240 dias	50%
241 a 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 5 - Alterações no Plano de Contas

5.1 - Recursos a Compensar dos Planos

Com o objetivo de facilitar a análise dos Balancetes, em 01 de janeiro de 2014 alteramos a descrição das contas contábeis dos grupos 1.1.2.4. e 2.1.3.8.98., de acordo com o quadro abaixo:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO ATÉ 31/12/2013	DESCRIÇÃO A PARTIR DE 01/01/2014
1124	RECURSOS - COMPENSAR - PLANOS	RECURSOS A RECEBER DOS PLANOS
112401	RECURSOS - COMPENSAR - PBD	RECURSOS A RECEBER DO PBD
112402	RECURSOS - COMPENSAR - PM	RECURSOS A RECEBER DO PM
112403	RECURSOS - COMPENSAR - PGS	RECURSOS A RECEBER DO PGS
112404	RECURSOS - COMPENSAR - PGA	RECURSOS A RECEBER DO PGA
213898	RECURSOS - COMPENSAR - PLANOS	RECURSOS A PAGAR PARA OS PLANOS
21389801	RECURSOS - COMPENSAR - PBD	RECURSOS A PAGAR PARA O PBD
21389802	RECURSOS - COMPENSAR - PM	RECURSOS A PAGAR PARA O PM
21389803	RECURSOS - COMPENSAR - PGS	RECURSOS A PAGAR PARA O PGS
21389804	RECURSOS - COMPENSAR - PGA	RECURSOS A PAGAR PARA O PGA

Fonte: Núcleo de Contabilidade

5.2 - Despesas Administrativas - Tributos

Em 01 de janeiro de 2014, respeitando a IN nº 6 de 13 de novembro de 2013 da PREVIC, alteramos as contas contábeis referentes a TAFIC *, conforme demonstra o quadro abaixo:

ATÉ 31/12/2013		A PARTIR DE 01/01/2014	
CÓDIGO	CONTA CONTÁBIL	CÓDIGO	CONTA CONTÁBIL
1.2.2.9.	OUTROS REALIZÁVEIS	1.2.2.5.	TRIBUTOS A COMPENSAR
1.2.2.9.01.03	TAXA DE FISCALIZAÇÃO A RECUPERAR	1.2.2.5.01	TAXA DE FISCALIZAÇÃO A RECUPERAR
2.1.2.2	TRIBUTOS A RECOLHER	2.1.2.4	TRIBUTOS A RECOLHER
2.1.2.2.02	OBRIGAÇÕES FISCAIS	2.1.2.4.01	TAXA FISCALIZAÇÃO A RECOLHER
2.1.2.2.02.09	TAXA FISCALIZAÇÃO - TAFIC		
4.2.1.2.05	DESPESAS GERAIS	4.2.1.2.07	TRIBUTOS
4.2.1.2.05.03	DESPESAS DE SERVIÇOS	4.2.1.2.07.01	TAFIC PBD - I
4.2.1.2.05.03.07	TAFIC	4.2.1.2.07.02	TAFIC PM
4.2.1.2.05.03.07.01	TAFIC PBD - I	4.2.1.2.07.03	FAFIC PGS
4.2.1.2.05.03.07.02	TAFIC PM		
4.2.1.2.05.03.07.03	TAFIC PGS		
4.2.2.2.05	DESPESAS GERAIS	4.2.2.2.07	TRIBUTOS
4.2.2.2.05.03	DESPESAS DE SERVIÇOS	4.2.2.2.07.01	TAFIC PBD - I
4.2.2.2.05.03.07	TAFIC	4.2.2.2.07.02	TAFIC PM
4.2.2.2.05.03.07.01	TAFIC PBD - I	4.2.2.2.07.03	FAFIC PGS
4.2.2.2.05.03.07.02	TAFIC PM		
4.2.2.2.05.03.07.03	TAFIC PGS		

Fonte: Núcleo de Contabilidade

*** TAFIC**: Criada pelo artigo 12 da Lei nº 12.154 de 2009, a Taxa de Fiscalização e Controle – TAFIC é um tributo que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em conformidade com o previsto no artigo 145, inciso II, da Constituição Federal. De acordo com o art. 2º, § 3º, da Instrução PREVIC nº 03/2012, para fins de cobrança de TAFIC, deve-se considerar como recursos garantidores os "ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores". É cobrada quadrimestralmente até o dia 10 dos meses de janeiro, maio, setembro de cada ano, e varia de R$ 15 a R$ 2,8 milhões, de acordo com o faturamento de cada operadora.

5.3 - Empréstimos

Em 01 de janeiro de 2014 efetuamos a realocação de contas contábeis de empréstimos, com o objetivo de trazer maior clareza na análise dos Balancetes, ficando a nova estrutura de acordo com o quadro a seguir.

CONTA CONTÁBIL	ATÉ 31/12/2013	CONTA CONTÁBIL	A PARTIR DE 01/01/2014
123701	**EMPRESTIMOS**	**123701**	**EMPRESTIMOS**
12370101	**PRINCIPAL DE EMPRESTIMOS**	**12370101**	**PRINCIPAL DE EMPRESTIMOS**
1237010101	SALDO DEVEDOR DE EMPRESTIMOS	1237010101	SALDO DEVEDOR DE EMPRESTIMOS
1237010102	EMP SIMPLES CONFISSÃO DE DÍVIDA	1237010104	SALDO DEVEDOR DE EMPRESTIMOS - RENEGOCIAÇÃO
1237010103	EMP SIMPLES ACORDO JUDICIAL	**12370102**	**VALORES DE EMPRETIMOS A RECEBER**
1237010199	(-)CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	1237010201	CONSIGNAÇÕES
12370102	**VALORES DE EMPRETIMOS A RECEBER**	1237010202	INADIMPLENTES
1237010201	CONSIGNAÇÕES	1237010203	QUITAÇÃO DE EMPRESTIMOS
1237010202	INADIMPLENTES	1237010209	EMP SIMPLES CONFISSÃO DE DÍVIDA
1237010203	QUITAÇÃO DE EMPRESTIMOS	1237010210	EMP SIMPLES ACORDO JUDICIAL
		1237010211	CONSIGNAÇÕES - RENEGOCIAÇÃO
		1237010212	INADIMPLENTES - RENEGOCIAÇÃO
		12370103	**(-) PROVISÃO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**
		1237010301	(-) PCLD EMPRESTIMOS

Fonte: Núcleo de Contabilidade

5.4 - Contribuições Contratadas

Em 27 de novembro de 2014 readequamos as contas contábeis do grupo "1.2.1.1.04.99 -Contribuições Contratadas – Outras Contratações", referentes às dívidas atuariais, de acordo com a carta DIR/314/FAPERS, para melhor classificação contábil. Em 01 de dezembro de 2014, em atendimento às recomendações da PREVIC a partir dos Relatórios de Fiscalização nº 020/2014/ERRS/PREVIC do PBD-I e 021/2014/ERRS/PREVIC do PGS, readequamos as contas restantes do grupo "Outras Contratações", referentes às dívidas financeiras.

No quadro abaixo demonstramos a nova estrutura:

ATÉ 27/11/2014		A PARTIR DE 01/12/2014	
CÓDIGO	**CONTA CONTÁBIL**	**CÓDIGO**	**CONTA CONTÁBIL**
121104	CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	121104	CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS
12110499	OUTRAS CONTRATAÇÕES	12110401	CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO CONTRATADAS
1211049902	PATROCINADOR ASCAR	1211040104	PATROCINADOR ASCAR
121104990201	ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - PGS	121104010401	ESCRITURA Nº 22807 DE 24/04/2013 - PBD-I
121104990203	ESCRITURA Nº 22807 DE 24/04/2013 - PBD-I	121104010402	ESCRITURA Nº 22808 DE 24/04/2013 - PGS
121104990205	ESCRITURA Nº 22808 DE 24/04/2013 - PGS	12110403	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO
121104990207	ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013 - PM	1211040301	PATROCINADOR ASCAR
1211049903	PATROCINADOR FAPERS	121104030101	ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - PGS
121104990301	TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 24/04/2013 - PGS	121104030103	ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013 - PM
121104990303	TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 28/06/2013 - PM	1211040302	PATROCINADOR FAPERS
		121104030201	TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 24/04/2013 - PGS
		121104030203	TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 28/06/2013 - PM

Fonte: Núcleo de Contabilidade

5.5 - Provisões Matemáticas a Constituir

Também em atendimento às recomendações da PREVIC nos Relatórios de Fiscalização nº 020/2014/ERRS/PREVIC do PBD-I e 021/2014/ERRS/PREVIC do PGS, readequamos a estrutura das contas contábeis de Provisões Matemáticas a Constituir conforme segue:

ATÉ 30/11/2014		A PARTIR DE 01/12/2014	
CÓDIGO	CONTA CONTÁBIL	CÓDIGO	CONTA CONTÁBIL
231103	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	231103	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR
23110303	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	23110302	(-) DÉFICIT EQUACIONADO
2311030302	(+/-) PARTICIPANTES	2311030203	(-) ASSISTIDOS
231103030201	(+/-) PARTICIPANTES	231103020301	(-) ASSISTIDOS

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 6 - Critérios de Avaliação e Amortização das Aplicações de Recursos Existentes no Ativo Imobilizado

6.1 - Imobilizado

Os bens que constituem o Ativo Permanente estão devidamente corrigidos pela variação da Ufir até 31/12/1995. Os bens adquiridos após esta data estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear à taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução nº 05, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002 do MPAS e a partir de 2010 de acordo com a Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009.

6.2 - Intangivel

Até 30 de novembro de 2014, registrava somente os gastos com implantação de sistemas computacionais adquiridos a partir de 01/01/2010, obedecendo a Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009.
Em dezembro de 2014, devido a total amortização dos bens do grupo Diferido, o saldo acumulado do mesmo foi transferido para o grupo Intangível. Sendo assim, a partir desta data, todos os gastos com a implantação de sistemas computacionais estão registrados no grupo Intangível, sendo amortizados pelo método linear.

6.3 - Diferido

Em dezembro de 2014, devido a total amortização dos bens deste grupo, o saldo acumulado do mesmo foi transferido para o grupo Intangível, a fim de atender a orientação do item 24 da IN/MPS/SPC Nº 34/2009, onde consta que *"O saldo registrado no ativo diferido*

em 31 de dezembro de 2009, que não for transferido para o ativo intangível, poderá permanecer nesta classificação até sua completa amortização".

Descrição	TAXA DE DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
			31/12/2014	
IMOBILIZADO				
Móveis e Utensílios	**10%aa**	53	-47	6
Máquinas e Equipamentos de Uso	**10%aa**	47	-43	4
Direito de Uso de Telefones		8	-	8
Equipamento de Proces.de Dados	**20%aa**	61	-52	9
Marcas e Patentes		2	-	2
		171	**-142**	**29**
INTANGÍVEL				
Softwares	**20%aa**	72	-71	1
		72	**-71**	**1**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 7 - Avaliação de Bens dos Investimentos Imobiliários e Imobilizado

Os Investimentos Imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações periódicas. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano para edificações, 20% ao ano para instalações elétricas e 10% ao ano para instalações em geral e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

De acordo com a legislação vigente, as EFPCs devem proceder à reavaliação de seus Investimentos Imobiliários em período não superior a três anos.

A FAPERS efetuou em 01 de dezembro de 2014, o registro da reavaliação da participação de 20% do empreendimento Shopping Center Lindóia, situado na Av. Assis Brasil nº 3522 esquina com a Av. Panamericana, no Bairro Jardim Lindóia, em Porto Alegre/RS, tendo por base o Laudo de Avaliação nº 01614/ 2014, pela empresa Bolsa de Avaliação de Imóveis do RGS Ltda. A próxima reavaliação ocorrerá em 2017.

As reavaliações dos imóveis situados na Rua Marcílio Dias nº 1073 e Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501 ocorrerão em 2015.

Quadro Resumo Investimentos Imobiliários em 11/12/2014 - R$ Mil

IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA ÚLTIMA REAVALIAÇÃO	AVALIADOR RESPONSÁVEL	Nº DO LAUDO	VALOR CONTÁBIL ATÉ DATA DA REAVALIAÇÃO	VALOR DA REAVALIAÇÃO	RESULTADO DA REAVALIAÇÃO	CONTA CONTÁBIL RELACIONADA
SHOPPING CENTER	Renda de participações	01/12/2014	BOLSAVAL	01614/2014	4.929	6.409	1.480	1.2.3.6.04.04.
CONJ 501 RUA MARINHO Nº 33	Renda locado a terceiros	17/12/2012	BOLSAVAL	01832/2012	72	136	64	1.2.3.6.04.03.
CASA Nº 1073 RUA DIAS	Renda uso prórpio	17/12/2012	BOLSAVAL	01831/2012	590	896	306	1.2.3.6.04.01.

Fonte: Núcleo de Contabilidade e de Investimentos

7.1 - Aluguéis

São calculados com base nos contratos firmados a valores considerados pela administração como compatíveis com os valores de mercado, estão registrados em subcontas de investimentos imobiliários, em contrapartida das receitas dos Investimentos. São eles o imóvel da Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501, alugado desde novembro de 2014, registrado na conta contábil 1.2.3.6.04.03.04.01., no grupo de "Locados a Terceiros", e a casa de nº 1073 na Rua Marcílio Dias, com registro na conta contábil 1.2.3.6.04.01.06.01, no grupo de "Uso Próprio" como sede da FAPERS.

7.2 - Provisão para Oscilações no Mercado Imobiliário

Em dezembro de 2014 a FAPERS manteve o valor de R$ 1.000 mil a título de provisão para oscilações no mercado imobiliário, ajustado em 02/12/2011 com base no preço de mercado da reavaliação do empreendimento Lindóia Shopping Center nesta data, para fins de cobertura de eventual resultado futuro negativo em defesa dos interesses dos quotistas, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

7.3 - Alienações

Representam os saldos das operações de venda a prazo, os quais são calculados pelo sistema da Tabela *Price*, corrigidos pela variação do IGP-M, conforme estabelecido nos contratos de Promessa de Compra e Venda. Os Terrenos alienados (Gramado–RS), até 2002, foram realizados pelo método da Tabela *Price* (+) IGP-M, a partir de 2003 pela Tabela *Price* (+) INPC, e os demais Imóveis (em Porto Alegre) sempre realizados pelo método da Tabela *Price* (+) IGP-M.

NOTA 08 - Contribuições Contratadas e Défict Técnico

8.1 - Contribuições Contratadas

O montante das Contribuições Contratadas registradas na escritura do Instrumento Público de Confissão de Dívida firmado em 30/11/2000 entre a FAPERS e o Patrocinador ASCAR foi recomposto em 29 de dezembro de 2009 através de Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida. Em 09 de março de 2012, a FAPERS e a ASCAR protocolaram junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, requerimento para instauração de procedimento de mediação e conciliação com vista a solucionar o litígio envolvendo a dívida do patrocinador ASCAR com a Entidade, cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012. Para a formalização e firmamento dos novos contratos, houve a necessidade de buscar a homologação judicial do acordo e o consequente arquivamento das ações judiciais anteriores. A homologação do acordo deu-se em 15 de fevereiro de 2013 conforme nota de expediente nº 5017 da Décima Terceira Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS.

As novas escrituras de Confissão de Dívida foram pactuadas e assinadas entre a FAPERS e o Patrocinador ASCAR em 24 de abril de 2013. Nesta mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador FAPERS com seus participantes, foram firmados Termos de Confissão de Dívida.

Durante as negociações da dívida do Patrocinador, houve a necessidade de segregação do montante da dívida em dois contratos: um contendo a dívida financeira e outro com o déficit atuarial, em função da origem das dívidas.

Assim, considerando os novos fatos geradores acima descritos e a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, base Janeiro/2013, emitido pela empresa Equipe Atuarial em maio/2013, houve a necessidade de reclassificação contábil da dívida atuarial e da dívida financeira dos planos de benefícios PBD-I e PGS, contabilizada em 24/04/2013, como segue:

8.1.1 - Dívida Financeira

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano de Benefício Definido I de n.º 22.807, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FAPERS passou a ser de R$ 1.253 mil na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 1.356 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.01.04.01 (transferência entre contas contábeis realizadas em 01/12/2014 conforme consta na Nota Explicativa 5.4. - Contribuições Contratadas). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$ 1.310 mil.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2014 foram:

ESCRITURA Nº 22807 DE 24/04/2013 - DÍVIDA FINANCEIRA PATROCINADOR ASCAR - PBD-I

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
9	03/01/2014	9	15	02/07/2014	10
10	04/02/2014	9	16	04/08/2014	10
11	05/03/2014	9	17	02/09/2014	10
12	02/04/2014	9	18	02/10/2014	10
13	05/05/2014	9	19	04/11/2014	10
14	03/06/2014	10	20	02/12/2014	10
TOTAL RECEBIDO EM 2014- R$ Mil					115

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO – PGS - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de n.º 22.808, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FAPERS passou a ser de R$ 18.537 mil, na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 19.737 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.01.04.02 (transferência entre contas contábeis realizadas em 01/12/2014 conforme consta na Nota Explicativa 5.4. - Contribuições Contratadas). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$ 19.077 mil.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2014 foram:

ESCRITURA Nº 22808 DE 24/04/2013 - DÍVIDA FINANCEIRA PATROCINADOR ASCAR - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
12	03/01/2014	134	18	02/07/2014	140
13	04/02/2014	135	19	04/08/2014	140
14	05/03/2014	136	20	02/09/2014	140
15	02/04/2014	136	21	02/10/2014	141
16	05/05/2014	138	22	04/11/2014	141
17	03/06/2014	139	23	02/12/2014	142
TOTAL RECEBIDO EM 2014- R$ Mil					1.662

Fonte: Núcleo de Contabilidade

8.1.2 - Dívida Oriunda do Déficit Atuarial:

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a FAPERS era de R$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinador ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012.

O montante principal de R$ 35.366 mil que compete ao patrocinador ASCAR foi registrado em 24 de abril de 2013 nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.01 e 3.1.3.9.01.01. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 38.293 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.01.01 (transferência entre contas contábeis realizadas em 27/11/2014 conforme consta na Nota Explicativa 5.4. - Contribuições Contratadas). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$ 36.990 mil.

A dívida que compete ao Patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2014 foram:

ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - DÍVIDA ATUARIAL PATROCINADOR ASCAR - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
9	03/01/2014	258	15	02/07/2014	269
10	04/02/2014	260	16	04/08/2014	270
11	05/03/2014	262	17	02/09/2014	270
12	02/04/2014	263	18	02/10/2014	271
13	05/05/2014	265	19	04/11/2014	272
14	03/06/2014	268	20	02/12/2014	273
TOTAL RECEBIDO EM 2014- R$ Mil					3.201

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os outros R$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 2.518 mil.

Participantes Ativos Elegíveis e Assistidos – O montante que compete a este grupo era R$ 32.848 mil, equacionados conforme segue:

Participantes Ativos Elegíveis - Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Para este grupo de participantes a forma de pagamento será com base no Fundo para Risco Iminente, cuja constituição segue as regras estipuladas na Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013.

O registro contábil do Fundo RI é efetuado nas contas 2.3.2.1.03.02 e 3.7.1.2.

Quando este participante entrar em gozo de benefício, o valor de sua reserva individual será transferido da conta de Fundo para Risco Iminente para Provisões Matemáticas/ Benefícios Concedidos (conta 2.3.1.1.01) e sua contribuição será então descontada na folha de benefícios como os demais assistidos.

Veja informações mais detalhadas referentes ao Fundo para Risco Iminente dos Participantes Ativos Elegíveis na Nota Explicativa 13.1.2.

Participantes Assistidos – Pagarão Contribuições Extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Descontos efetuados em Folha de Benefícios do Plano Geral Saldado em 2014:

DIVIDA ATUARIAL PGS - ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil	DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil
janeiro-14	31/01/2014	214	agosto-14	29/08/2014	223
fevereiro-14	28/02/2014	214	setembro-14	30/09/2014	222
março-14	31/03/2014	213	outubro-14	31/10/2014	222
abril-14	30/04/2013	216	novembro-14	28/11/2014	237
maio-14	30/05/2014	217	dezembro-14	19/12/2014	237
junho-14	30/06/2014	216	Abono 2014	19/12/2014	233
julho-14	31/07/2014	222			
Total Recebido em 2014					2.886

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR FAPERS

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado, firmado em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, a dívida referente ao déficit atuarial do Patrocinador FAPERS para com o PGS era de R$ 306 mil, corrigido pelo INPC + 6% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador FAPERS e seus empregados.

O patrocinador FAPERS reconheceu a dívida de R$ 153 mil e se comprometeu a saldá-la no prazo de 21 anos, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações, sendo o vencimento da última em 30 de abril de 2034. Após 24 de abril de 2013 as demais parcelas também serão corrigidas pelo INPC + 6% ao ano de juros. Este valor foi registrado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.03.01 e 3.1.3.9.01.01 em 24/04/2013 no Plano Geral Saldado.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 165 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.02.01 (transferência entre contas contábeis realizadas em 27/11/2014 conforme consta na Nota Explicativa 5.4. - Contribuições Contratadas). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$ 160 mil.

O montante que compete ao Patrocinador FAPERS será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA.

As parcelas recebidas do Patrocinador FAPERS no decorrer de 2014 foram:

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 24/04/2013 - PATROCINADOR FAPERS - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
9	03/01/2014	1	15	02/07/2014	1
10	04/02/2014	1	16	04/08/2014	1
11	05/03/2014	1	17	02/09/2014	1
12	02/04/2014	1	18	02/10/2014	1
13	05/05/2014	1	19	04/11/2014	1
14	03/06/2014	1	20	02/12/2014	1
TOTAL RECEBIDO EM 2014- R$ Mil					12

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os outros R$ 153 mil citados no Termo como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013,sendo contabilmente classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 11 mil.

Participantes Ativos Elegíveis – O montante que compete a este grupo era R$ 142 mil. Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo, conforme explicamos no item 8.12 desta nota explicativa.

Neste grupo, do Patrocinador FAPERS no Plano Geral Saldado, se inclui um único participante.

Participantes Assistidos – Não há.

8.2 - Equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre Patrocinador ASCAR e FAPERS a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e 08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto.

Na mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador FAPERS, foi firmado um Termo de Confissão de Dívida.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012, a dívida do Plano Misto será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadores e participantes ativos e assistido.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda em 05 de julho de 2013.

Em 05/07/2013			R$ MIL
DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO DO PLANO MISTO			
PATROCINADORAS	3.814	ASCAR	3.787
		FAPERS	27
PARTICIPANTES	3.814	ASSISTIDOS	1.815
		ATIVOS	1.999
TOTAL EQUACIONADO			7.628

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O montante total do déficit técnico considerado foi de R$ 7.628 mil, conforme a Nota Técnica dos atuários já mencionada, com base nos resultados de dezembro/2012, utilizando-se a tábua AT 2000 e taxa de juros de 5,5% ao ano.

8.2.1 - Dívida Oriunda do Déficit Atuarial

PLANO MISTO - PATROCINADOR ASCAR

A dívida de R$ 3.787 mil que compete ao patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020. Este montante foi classificado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.02.07 e 3.1.3.9.01.01 em 28 de junho de 2013.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 3.564 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.01.03 (transferência entre contas contábeis realizadas em 27/11/2014 conforme consta na Nota Explicativa 5.4. - Contribuições Contratadas). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$ 3.863 mil.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2014 foram:

ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013 - DÍVIDA ATUARIAL PATROCINADOR ASCAR - PLANO MISTO

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
7	03/01/2014	59	13	02/07/2014	61
8	04/02/2014	59	14	04/08/2014	61
9	05/03/2014	59	15	02/09/2014	61
10	02/04/2014	60	16	02/10/2014	61
11	05/05/2014	60	17	04/11/2014	62
12	03/06/2014	61	18	02/12/2014	62
TOTAL RECEBIDO EM 2014- R$ Mil					726

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO MISTO - PATROCINADOR FAPERS

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano de Benefício II Plano Misto, firmado em 28 de junho de 2013, data base 31 de dezembro de 2012, a dívida referente ao déficit atuarial do Patrocinador FAPERS para com o Plano Misto era de R$ 27 mil, corrigido pelo INPC + 5,5% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador FAPERS e seus empregados.

O patrocinador FAPERS se comprometeu a saldá-la no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

Este montante foi classificado nas contas contábeis 1.2.1.1.04.99.03.03 e 3.1.3.9.01.01 em 28 de junho de 2013.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 25 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.02.03 (transferência entre contas contábeis realizadas em 27/11/2014 conforme consta na Nota Explicativa 5.4. - Contribuições Contratadas). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$ 27 mil.

O montante de R$ 27 mil que compete ao Patrocinador FAPERS será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA.

Em 2014 as parcelas pagas de nº 07 a 18 pelo Patrocinador FAPERS somaram R$ 5 mil.

PLANO MISTO - PARTICIPANTES

De acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto de 05/07/2013, a parte da dívida que compete aos participantes ativos será equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (conta contábil 2.3.1.1.02.01.02) e o equacionamento dos participantes assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, descontadas em folha de benefícios, desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto FAPERS.
Descontos efetuados em Folha de Benefícios do Plano Misto em 2014:

DIVIDA ATUARIAL PM - ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013 - CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil	DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ Mil
janeiro-14	31/01/2014	15	agosto-14	29/08/2014	15
fevereiro-14	28/02/2014	15	setembro-14	30/09/2014	15
março-14	31/03/2014	15	outubro-14	31/10/2014	15
abril-14	30/04/2013	15	novembro-14	28/11/2014	16
maio-14	30/05/2014	15	dezembro-14	19/12/2014	16
junho-14	30/06/2014	15	Abono 2014	19/12/2014	16
julho-14	31/07/2014	15			
Total Recebido em 2014					198

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 09 - Composição da Carteira de Investimentos

9.1 - Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

No quadro abaixo apresentamos a composição dos Investimentos de forma consolidada, em conformidade com os saldos do Balanço de 2014.

R$ MIL

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2014	SALDO EM 31/12/2013
TÍTULOS PÚBLICOS	**180.495**	**90.843**
TÍTULOS PÚBLICOS	**180.495**	90.843
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**108.099**	**104.440**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	37.994	37.116
COMPANHIAS ABERTAS	70.105	67.324
AÇÕES	**3.919**	**11.158**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0	1.124
COMPANHIAS ABERTAS	3.919	10.034
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**28.965**	**87.225**
REFERENCIADO	10.430	8.710
RENDA FIXA	2.751	23.940
AÇÕES	9.856	45.052
MULTIMERCADO	0	923
DIREITOS CREDITÓRIOS	768	2.039
IMOBILIÁRIO	5.160	6.561
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**6.485**	**5.365**
ALUGUÉIS E RENDA	6.426	5.175
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVEST. IMOBILIÁRIOS	59	190
EMPRÉSTIMOS	**2.769**	**2.596**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

9.2 - Demonstrativo da Composição por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa da Carteira de Investimentos

No quadro a seguir demonstramos a composição dos Investimentos por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, em conformidade com os saldos do Balanço e das Demonstrações do Ativo Líquido por Planos de Benefícios de 2014.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2014			
	PBD-I	PM	PGS	PGA
TÍTULOS PÚBLICOS	**4.152**	**96.621**	**78.955**	**767**
TÍTULOS PÚBLICOS	4.152	96.621	78.955	767
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**4.218**	**53.902**	**49.980**	**0**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	870	18.854	18.270	0
COMPANHIAS ABERTAS	3.348	35.048	31.710	0
AÇÕES	**137**	**759**	**3.022**	**0**
COMPANHIAS ABERTAS	137	759	3.022	0
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**369**	**13.957**	**13.170**	**1.468**
REFERENCIADO	180	4.705	4.551	993
RENDA FIXA	0	405	1.871	475
AÇÕES	103	5.999	3.754	0
DIREITOS CREDITÓRIOS	86	268	414	0
IMOBILIÁRIO	0	2.580	2.580	0
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**192**	**2.056**	**4.238**	0
ALUGUÉIS E RENDA	190	2.037	4.199	0
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVEST. IMOBILIÁRIOS	2	19	39	0
EMPRÉSTIMOS	**0**	**1.942**	**827**	0

Fonte: Núcleo de Contabilidade

9.3 - Critérios para Registro e Avaliação de Títulos e Valores Mobiliários

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(I) Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

(II) Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração e considerando a capacidade financeira da FAPERS, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A FAPERS não efetuou operações contempladas pela Resolução CGPC n°15, de 23/08/2005.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em virtude da capacidade financeira da FAPERS.

DESCRIÇÃO	PARÂMETRO	NATUREZA	CUSTO DE AQUISIÇÃO	MONTANTE EM 31/12/2014	FAIXAS DE VENCIMENTOS
TÍTULOS PÚBLICOS				**180.496**	
NTN-B	Curva	ii	995	1.632	135 dias
NTN-B	Curva	ii	4.718	4.922	593 dias
NTN-B	Curva	ii	2.309	3.892	866 dias
NTN-B	Curva	ii	9.466	9.955	1323 dias
NTN-B	Curva	ii	1.593	1.651	1596 dias
NTN-B	Curva	ii	12.232	12.940	2054 dias
NTN-B	Curva	ii	6.888	7.310	2784 dias
NTN-F	Curva	ii	1.719	1.804	2923 dias
NTN-B	Curva	ii	13.567	14.132	3515 dias
NTN-B	Curva	ii	31.971	33.966	5706 dias
NTN-B	Curva	ii	30.162	32.235	7440 dias
NTN-B	Curva	ii	21.715	23.274	9359 dias
NTN-B	Curva	ii	11.699	12.437	11093 dias
NTN-B	Curva	ii	18.580	20.346	13011 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS				**108.099**	
Instituições Financeiras				**37.994**	
Debênture BNDESPAR	Mercado	i	1518	1.647	15 dias
DPGE-Fibra	Curva	ii	1.500	2.432	167 dias
DPGE-Bicbanco	Curva	ii	4.000	4.781	173 dias
CDB Subordinado-Safra	Curva	ii	3.008	3.003	728 dias
Debênture BNDESPAR	Curva	ii	4.098	4.417	746 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	800	1.104	749 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	2.000	2.775	803 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	1.000	1.393	806 dias
CDB-Pine	Curva	ii	180	215	916 dias
Debênture BNDESPAR	Mercado	i	202	202	1596 dias
Debênture BNDESPAR	Mercado	ii	15.723	16.025	1596 dias
Companhias Abertas				**70.105**	
Debêntures Simples-TPI	Curva	ii	5.021	5.887	1.019 dias
Debêntures Simples-CBEE(Ampla)	Curva	ii	4.033	5.092	1262 dias
Debêntures Simples-Energisa	Curva	ii	4.007	4.998	1657 dias
Debêntures Simples-Alga	Curva	ii	5.091	5.861	1719 dias
Debêntures Simples- BR Telecom	Curva	ii	4.010	4.941	1901 dias
CRI-BRC(Petrobrás)	Curva	ii	4.025	3.946	2.569 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Curva	ii	6.062	7.475	2.603 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.325	2662 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.300	2753 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.273	2845 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.400	2937 dias
Debêntures Simples-CPTE	Curva	ii	13.226	12.170	3.237 dias
Debêntures Simples-CART	Curva	ii	5.021	5.672	3637 dias
Debêntures Simples-Rod Tietê	Curva	ii	8.052	8.764	4916 dias
Debênture Simples-Vale	Curva	ii	1	1	13.149 dias
AÇÕES				**3.918**	
Companhias Abertas				**3.918**	
América Latina Logística ON	Mercado	i	123	50	-
Ambev ON	Mercado	i	165	491	-
Bradespar PN	Mercado	i	1303	408	-
Fibria ON	Mercado	i	451	299	-
Gerdau PN	Mercado	i	797	339	-
Gerdau Metalurgica PN	Mercado	i	768	262	-
Itausa PN	Mercado	i	40	29	-
Petrobras ON	Mercado	i	387	96	-
Petrobras PN	Mercado	i	3383	986	-
Siderúrgica Nacional ON	Mercado	i	1785	442	-
Transmissão Paulista PN	Mercado	i	93	89	-
Usiminas PN	Mercado	i	2931	427	-
FUNDOS DE INVESTIMENTO				**28.967**	
Referenciado				**10.431**	
BNP Match DI FI REF. CP	Mercado	i	Banco BNP Paribas	4.512	-
Bradesco FI REF DI PREMIUM	Mercado	i	Banco Bradesco	5.919	-
Renda Fixa				**2.751**	
Banco Votorantim Inst. RF	Mercado	i	Banco Votorantim	2.346	-
Bradesco Inst. FIRF DI	Mercado	i	Banco Bradesco	405	-
Ações				**9.857**	
Banco NY Mellon	Mercado	i	Banco NY Mellon	4.593	-
Rio Bravo FU SMC FIA	Mercado	i	R.Bravo Investimento	5.264	-
Direitos Creditórios				**768**	
Bicbanco FIDC	Mercado	i	Banco Bic	575	-
CEEE IV-D FIDC	Mercado	i	Banco BTG Pactual	193	-
Referenciado					
Imobiliário				**5.160**	-
Rio Bravo F.Imob. JHSF FBV	Mercado	i	R. Bravo Investimento	5.160	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

NOTA 10 - Depósito Judicial

Em 29 de julho de 2013, efetuamos um depósito por determinação judicial de R$ 35 mil, oriundo do Plano Misto – PM, registrado na conta contábil 1.2.1.9.02.07. Em 07 de novembro de 2014 recebemos este valor com correção monetária, deduzidas as despesas com honorários advocatícios, de acordo com Alvará Judicial.

Em 29 de agosto de 2014 foram efetuados dois depósitos por determinação judicial, no total de R$ 90 mil, sendo este o saldo contábil em 31 de dezembro de 2014.

NOTA 11 - Exigível Contingencial

De acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e da IN da PREVIC de nº 5 de 08 de setembro de 2011, que alterou a IN/SPC de nº 34 de 24 de setembro de 2009, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Conforme o pronunciamento técnico do CPC nº 25 de 26/09/2009, são três os tipos de probabilidade de perda, como segue:

PROBABILIDADE DE PERDA	JURISPRUDÊNCIA	PROVISÃO CONTÁBIL	NOTAS EXPLICATIVAS
REMOTA	JULGADOS COM DECISÃO DESFAVORÁVEL	NÃO	NÃO
POSSÍVEL	JULGADOS COM DECISÃO FAVORÁVEL E CONTRÁRIAS	NÃO	SIM
PROVÁVEL	PACIFICADO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA E NAS CORTES SUPERIORES	SIM	SIM

Fonte: Site Comitê de Pronunciamentos Contábeis

A partir deste conceito, a FAPERS reconheceu em seu Passivo Exigível Contingencial, no Plano Misto, em 28 de junho de 2013, o montante de R$ 82 mil, referente a um processo de caráter previdenciário cuja perda foi considerada provável pela assessoria jurídica. Este valor foi corrigido monetariamente em 31 de dezembro de 2013 em R$ 75 mil, totalizando R$ 157 mil. Este único processo permaneceu em 2014 com classificação como perda provável, tendo seu saldo em 31 de dezembro de 2014 de R$ 123 mil, de acordo com relatório da Assessoria Jurídica da Entidade.

QUADRO RESUMO PROCESSO COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO PROVÁVEL

R$ MIL

PLANO	TOTAL DE PROCESSOS	TOTAL EM 31/12/2014	TOTAL EM 31/12/2013
PM	1	123	157

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para causas com perdas classificadas como possíveis não são constituídas provisões.

QUADRO RESUMO DOS PROCESSOS COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO POSSÍVEL R$ MIL

PLANO	EM 31/12/2014			EM 31/12/2013		
	QUANTIDADE	TIPO	R$	QUANTIDADE	TIPO	R$
PM	17	PREVIDENCIÁRIO	284	17	PREVIDENCIÁRIO	329
	5	EMPRÉSTIMOS	72	5	EMPRÉSTIMOS	72
PGS	4	PREVIDENCIÁRIO	80	4	PREVIDENCIÁRIO	99

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 12 - PIS E COFINS

A FAPERS ingressou em 01 de fevereiro de 2007 com Mandado de Segurança nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001). Em 18 de maio de 2010 obteve ganho da causa, ficando a partir desta data, isenta da obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

NOTA 13 - OBJETIVOS E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

13.1 - Fundos Previdenciais

13.1.1 - Conta de Oscilação de Risco - Cor

Constituída no Plano Misto com parcela do saldo da conta individual própria (CIP) do participante, a título de variabilidade atuarial, na data de início. Esta conta visa suprir eventual insuficiência da Conta Coletiva de Benefícios Concedidos (CCBC) ou dela receberá crédito proveniente de eventuais Superávits.

Em 20 de novembro de 2014 o Conselho Deliberativo deliberou, conforme a legislação em vigor, a reversão do valor total do saldo disponível na Conta de Oscilação de Risco – COR no mês de dezembro de 2014 (Deliberação nº 51/2014 referente à Ata nº 272/2014 de 20/11/2014). Em 31/12/2014 registramos a reversão de R$ 813 mil, permanecendo com saldo zero nesta data.

QUADRO RESUMO R$ MIL

COR	2012	2013	2014
Constituição	98	137	152
Reversão	-	-	-813
Saldo	524	661	0

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.1.2 - Fundo para Risco Iminente dos Participantes Ativos Elegíveis – RI

Fundo constituído de acordo com as regras estipuladas na Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013.

Fundo de natureza atuarial que compõe o patrimônio do plano, sendo o registro contábil efetuado nas contas 2.3.2.1.03.02 e 3.7.1.2.

A criação deste fundo teve por finalidade demonstrar o resultado da economia para o plano PGS proveniente dos participantes em riscos iminentes, isto é, dos participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Mensalmente a Área de Seguridade emite relatório contendo todos os participantes que estão elegíveis ao recebimento do benefício saldado, mas que ainda não exerceram o seu direito. O somatório do valor desses benefícios constitui o Fundo para Risco Eminente.

Tendo em vista que a constituição desse Fundo provém da economia de risco iminente proporcionada pelos participantes elegíveis, a contribuição extraordinária destes participantes para o pagamento do déficit técnico deverá sair deste fundo. Contribuição extraordinária à taxa de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

No momento em que o participante elegível entrar em gozo de benefício, haverá a reversão da sua reserva individual no Fundo de Risco Iminente para o Patrimônio de Cobertura do Plano, em Benefícios Concedidos, conta contábil 2.3.1.1.01, abatidas as contribuições extraordinárias.

QUADRO RESUMO - 2014 R$ MIL

FUNDO RI	31/12/2013	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SALDO EM 31/12/2013													
CONSTITUIÇÃO		263	263	263	243	243	243	215	212	212	212	225	225
DESCONTO CONTRIB. EXTRAORD.		-53	-53	-53	-49	-49	-49	-43	-43	-43	-43	-46	-46
REVERSÃO		0	0	0	-184	0	-5	-328	-43	0	0	0	0
SALDO	1.813	2.023	2.233	2.443	2.453	2.647	2.836	2.680	2.806	2.975	3.144	3.323	3.502

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.2 - Fundos Administrativos

É Constituído ou Revertido mensalmente, conforme apuração do resultado líquido da gestão administrativa, individualmente pela gestão previdenciária e de investimentos e por cada plano de benefício. Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, apurada através do seu fluxo dos investimentos e apropriada conforme a participação de cada plano de benefício na formação do fundo.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO DO FUNDO ADMINISTRATIVO EM 2014

CRITÉRIO	PBD-I	PM	PGS	TOTAL
Pelo Patrimônio do Fundo	14,50%	67,70%	17,80%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Através da Deliberação nº 631/2014 referente à Ata nº 274/2014 de 17/12/2014, respeitando o Estudo Técnico Contábil de 16/11/2014, o Parecer Jurídico de Cenço&Cenço Advogados de 19/11/2014 e o Parecer nº 47 de 11/12/2014 da Equipe Atuarial Ltda, o Conselho Deliberativo definiu pela reversão de R$ 3.238 mil do Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa (PGA) Plano de Benefícios II – Plano Misto (PM). Em 22/12/2014 registramos a reversão, obedecendo a IN nº 6 de 13/11/2013 que determina a conta contábil *4.4 para reversão de recursos para o plano de benefícios*.

QUADRO RESUMO - 2014 R$ MIL

FUNDO ADMINISTRATIVO	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2013	614	2.977	810	4.401
CONSTITUIÇÃO EM 2014	81	848	282	1.211
REVERSÃO EM 22/12/2014	0	-3.238	0	-3.238
SALDO EM 31/12/2014	**695**	**587**	**1.092**	**2.374**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.3 - Fundos de Investimentos

Registrado no grupo de contas contábeis 2.3.2.3., é formado pelo Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou invalidez e pelo Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência.

QUADRO RESUMO FUNDO DE INVESTIMENTOS R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2013	2	284	15	301
CONSTITUIÇÃO EM 2014	1	26	25	52
SALDO EM 31/12/2014	**3**	**310**	**40**	**353**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.3.1 - Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou Invalidez

Constituído para fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e/ou invalidez permanente.

QUADRO RESUMO - 2014 R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2013	2	282	15	299
CONSTITUIÇÃO EM 2014	1	23	23	47
SALDO EM 31/12/2014	**3**	**305**	**38**	**346**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.3.2 - Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência – FGE

Constituído para compensar eventuais inadimplências de empréstimo pessoal.
Fundo formado a partir de 25 de julho de 2013, após aprovação do Regulamento para concessão de Empréstimo pessoal pelo Conselho Deliberativo, conforme ata nº 242 de 26 de março de 2013.

QUADRO RESUMO - 2014 R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2013	0	2	0	2
CONSTITUIÇÃO EM 2014	0	3	2	5
SALDO EM 31/12/2014	**0**	**5**	**2**	**7**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 14 - Limites do Custeio Administrativo e Critérios Utilizados para Rateio das Despesas Adminitrativas por Gestão e Planos de Benefícios

14.1 - Limites Do Custeio Administrativo

De acordo com a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, no capítulo III, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa. O limite poderá ser representado pela Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir) ou pela Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir).
Para o ano de 2014 o Conselho Deliberativo da FAPERS estabeleceu como limite a Taxa deAdministração.

14.2 - Critérios para Rateio das Despesas Administrativas por Gestão e Planos de Benefícios

14.2.1 - Demonstrativo das Despesas Administrativas

A estrutura geral das Despesas Administrativas das Entidades de Fundo de Pensão é dividida entre Gestão Previdencial e Gestão de Investimentos. Quem define esta divisão é a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

A FAPERS consolida as despesas administrativas do PGA no grupo de contas Outras Despesas - 4.2.9, e somente depois realiza o rateio entre as gestões Previdencial e de Investimentos. Tal medida foi aprovada e é mantida pelo Conselho Deliberativo desde 2012.

A previsão de despesas é apresentada anualmente ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva por meio do documento chamado Orçamento Econômico. O orçamento é uma expectativa de gastos baseada no ano anterior e nas despesas já conhecidas para o próximo exercício. Após aprovado, este orçamento é colocado em prática. Situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho Deliberativo.

O quadro abaixo demonstra a estrutura geral das Despesas Administrativas no ano de 2014.

R$ MIL

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL	GESTÃO INVESTIMENTOS	TOTAL 2014
DESPESAS COMUNS	**1.051**	**1.021**	**2.072**
PESSOAL E ENCARGOS	630	648	1.278
TREINAMENTOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	6	5	11
VIAGENS E ESTADIAS	24	25	49
SERVIÇOS DE TERCEIROS	296	245	541
DESPESAS GERAIS	89	92	181
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	6	6	12
DESPESAS ESPECÍFICAS	**22**	**22**	**44**
TRIBUTOS - Tafic	11	10	21
PESSOAL PRÓPRIO - Encargos Dívida Patroc.Fapers	11	12	23
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**1.073**	**1.043**	**2.116**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

14.2.2 - Critérios de Rateio por Gestão

Para realizar o rateio das despesas administrativas a FAPERS utilizou o critério de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e diretor, resultando nos percentuais a seguir.

CARGOS	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTOS	TOTAL
Diretor Superintendente	40%	60%	100%
Diretor Financeiro	0%	100%	100%
Diretor de Seguridade	100%	0%	100%
Empregado 1	70%	30%	100%
Empregado 2	100%	0%	100%
Empregado 3	100%	0%	100%
Empregado 4	0%	100%	100%
Empregado 5	0%	100%	100%
Empregado 6	100%	0%	100%
Empregado 7	20%	80%	100%
Empregado 8	50%	50%	100%
Empregado 9	10%	90%	100%
Empregado 10	50%	50%	100%
Empregado 11	50%	50%	100%
Total	**690%**	**710%**	**100%**
PERCENTUAL DE RATEIO	**49,29%**	**50,71%**	**100%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

14.2.3 - Critérios de Rateio Por Plano

Para realizar o rateio das despesas administrativas entre os planos de benefícios da FAPERS utilizamos para cada gestão um critério, a fim de buscar maior coerência na efetivação dos rateios da Gestão Previdencial e de Investimentos.

Para Gestão Previdencial o rateio será pelo número de participantes.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO POR PLANO DA GESTÃO PREVIDENCIAL

CRITÉRIO	PBD-I	PM	PGS	TOTAL
Pelo número de participantes	0,71%	68,39%	30,90%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para Gestão de Investimentos o rateio será pelo Patrimônio dos Planos

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO POR PLANO DA GESTÃO INVESTIMENTOS

CRITÉRIO	PBD-I	PM	PGS	TOTAL
Pelo Patrimônio dos planos	2,95%	48,21%	48,84%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 15 - Taxas de Juros E Tabua de Mortalidade

Em 2013 a FAPERS adotou novos índices de taxa de juros em substituição aos 6% a.a. de 2012, bem como a substituição da Tábua de Mortalidade AT-83 pela Tábua AT-2.000, para todos os Planos administrados pela Fundação, em atendimento a Resolução CNPC nº 09 de 29 de novembro de 2012, e de acordo com a decisão do Conselho Deliberativo conforme a Ata nº 239 de 28/02/2013 e Deliberações nº 001/2013 e 004/2013.

Para o plano PBD-I a taxa de 6% a.a. foi mantida até junho de 2013, passando a 5% a.a. a partir de julho de 2013.

No Plano Misto a taxa de 6% a.a. foi mantida até junho de 2013, passando a 5,50% a.a. a partir de julho de 2013.

Já para o Plano Geral Saldado, a taxa de 6% a.a. foi mantida até novembro de 2013, sendo alterada para 5,75% em dezembro de 2013. Em dezembro de 2014, conforme determinação do Conselho Deliberativo registrada na Ata nº 274 de 17 de dezembro de 2014, a taxa de juros do PGS foi alterada para 5,5% a.a..

QUADRO RESUMO TAXAS DE JUROS

2014			2013			2012		
PBD-I	**PM**	**PGS**	PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS
5%	5,50%	5,50%	5%	5,50%	5,75%	6%	6%	6%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 16 - Outros Fatores Relevantes no Exercício de 2014

16.1 - Ajustes Saldo de Contribuições em Atraso e PCLD - Plano Misto

Em 2014 o Núcleo de Gestão dos Planos realizou uma revisão minuciosa das metodologias de registro e cobrança das contribuições em atraso e de elaboração da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.

Esta análise resultou na mudança da forma de cobrança das contribuições, que passou de débito em conta para desconto em Folha de Pagamento do Patrocinador. A partir desta modificação foi possível atualizar o número de participantes inadimplentes e criar uma nova ferramenta de controle e acompanhamento.

De posse da nova ferramenta o Núcleo de Gestão dos Planos apurou os valores atualizados das Contribuições em atraso e de PCLD, discriminados nos Relatórios Circunstanciados nº 011 de 17/07/2014, nº 012 de 12/08/2014 e nº 016 de 08/10/2014, que resultaram em ajustes contábeis, conforme demonstramos nos quadros a seguir.

CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

CONTA CONTÁBIL 1.2.1.1.02.03.01 R$ MIL

DATA AJUSTE CONTÁBIL	SALDO CONTÁBIL	SALDO NÚCLEO G.PLANOS	AJUSTE CONTÁBIL **3.2.9.1.02**	RELATÓRIO CIRCUNST. Nº
30/06/2014	164	144	20	11/2014
31/07/2014	141	138	3	12/2014

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PCLD PARTICIPANTES

CONTA CONTÁBIL 1.2.1.1.02.03.02 R$ MIL

DATA AJUSTE CONTÁBIL	SALDO CONTÁBIL	SALDO NÚCLEO G.PLANOS	AJUSTE CONTÁBIL **3.1.9.1.03**	RELATÓRIO CIRCUNST. Nº
30/06/2014	150	130	20	11/2014
31/07/2014	128	126	2	12/2014
01/09/2014	123	124	1	16/2014

Fonte: Núcleo de Contabilidade

16.2 - Empréstimos - Mudança de Critério

Em 2013 foi identificado que o sistema atual para operacionalização da Carteira de Empréstimos não contempla a atualização de encargos moratórios (mora e multa por atraso), divergindo com o critério que era utilizado pelo sistema anterior.

Em 2014 realizamos, junto à área técnica responsável pelo sistema atual, recálculo dos saldos da carteira de empréstimos, com base em junho de 2013, a fim de confirmar esta

informação e identificar o valor correto a ser ajustado. Este estudo foi detalhado no Relatório Circunstanciado nº 018/2014 de 31/12/2014.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2014 adotamos a mudança de critério na contabilização de acordo com o sistema atualmente utilizado, ou seja, de não mais acrescer às provisões para perda os encargos moratórios, e realizamos os ajustes contábeis conforme o quadro a seguir.

R$ MIL

APURAÇÃO DE SALDOS POSIÇÃO 31/12/2014				
PLANO MISTO				
CONTA CONTÁBIL		SALDO CONTÁBIL	SALDO INTECH	AJUSTE CONTÁBIL
1237.01.01.01	SALDO DEVEDOR DE EMPRÉSTIMOS	1.528	1.538	10
1237.01.01.04	SALDO DEVEDOR DE EMPRÉSTIMOS - RENEGOCIAÇÃO	154	154	-
1237.01.02.01	CONSIGNAÇÕES	60	84	24
1237.01.02.02	INADIMPLENTES	1.165	974	- 191
1237.01.02.03	QUITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	-	-	-
1237.01.02.11	CONSIGNAÇÕES - RENEGOCIAÇÃO	5	5	-
1237.01.02.12	INADIMPLENTES - RENEGOCIAÇÃO	2	2	-
1237.01.03.01	(-) PCLD EMPRÉSTIMOS	1.422	1.012	- 410
PLANO PGS				
CONTA CONTÁBIL		SALDO CONTÁBIL	SALDO INTECH	AJUSTE CONTÁBIL
1237.01.01.01	SALDO DEVEDOR DE EMPRÉSTIMOS	805	794	- 11
1237.01.01.04	SALDO DEVEDOR DE EMPRÉSTIMOS - RENEGOCIAÇÃO	14	14	-
1237.01.02.01	CONSIGNAÇÕES	45	31	- 14
1237.01.02.02	INADIMPLENTES	10	1	- 9
1237.01.02.03	QUITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	-	-	-
1237.01.02.11	CONSIGNAÇÕES - RENEGOCIAÇÃO	-	-	-
1237.01.02.12	INADIMPLENTES - RENEGOCIAÇÃO	-	-	-
1237.01.03.01	(-) PCLD EMPRÉSTIMOS	13	14	1

Fonte: Núcleo de Contabilidade

16.3 - Alteração do Plano de Custeio Administrativo do Plano Geral Saldado - PGS

Em novembro de 2014, de acordo com a deliberação nº 49/2014 referente à Ata 270/2014 de 28/10/2014 do Conselho Deliberativo, e para atender ao parecer nº 92/2012/PREVIC e a Cláusula Terceira do Acordo firmado entre a FAPERS e a ASCAR, ocorreu à alteração do Plano de Custeio Administrativo do PGS.

A contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas do PGS passou a ser custeada pelo Patrocinador, Participantes e Assistidos, respeitando a paridade contributiva (50% Patrocinador/50% Participantes).

A parcela devida pelo participante ativo, aposentado e pensionista corresponde a 1,38% incidente sobre o benefício saldado. Para os ativos a contribuição para custeio administrativo será descontada mensalmente em folha de pagamento de salários, e para os aposentados e pensionistas será através de desconto em folha de pagamento de benefícios.

16.4 - Alteração do Regulamento do Plano Geral Saldado - PGS

Em continuidade ao processo iniciado em 2013 pelo Grupo de Estudos para alteração do Regulamento do PGS, composto por representantes dos patrocinadores FAPERS e ASCAR, do Conselho Deliberativo e da Associação dos Aposentados da ASCAR, em 2014 foram realizadas diversas reuniões, e após análises e debates o grupo propôs alterações no Regulamento do PGS.

Esta proposta foi encaminhada a PREVIC e em 27/08/2014 foi aprovada, conforme Portaria MPS/SNPC nº 468 publicada no Diário Oficial em 29/08/2014.
16.5 – FISCALIZAÇÃO DA PREVIC

No dia 24 de setembro de 2014 a Fundação recebeu um ofício de nº 082/2014/ERRS da PREVIC informando o início de uma ação de fiscalização a ser realizada nos Plano Geral Saldado - PGS e no dia 09 de outubro de 2014 o ofício de nº 086/2014/ERRS do Plano de Benefício Definido - PBD I.

Os trabalhos de fiscalização iniciaram em outubro e encerram em dezembro de 2014, quando recebemos o ofício nº 118/2014 ERRS/PREVIC referente ao Relatório de Fiscalização de nº 020/2014/ERRS/PREVIC do plano PBD-I, e o ofício nº 119/2014/ ERRS/PREVIC referente ao Relatório de Fiscalização nº 021/2014/ERRS/PREVIC do plano PGS, constando quesitos, providências e prazos para atendimentos dos mesmos.

No dia 19 de janeiro de 2015 a FAPERS encaminhou ao Escritório Regional do Rio Grande do Sul da PREVIC um dossiê contendo as repostas e documentos em anexo, pertinentes aos ofícios acima descritos, e desde então está aguardando a manifestação do Órgão Fiscalizador.

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 - Duração do Passivo

A FAPERS optou pela não aplicação do disposto nas Instruções Normativas do CNPC de nº 15 e 16 de 19 de novembro de 2014, no encerramento do exercício de 2014. A Entidade está realizando estudo e levantamento dos fluxos atuariais e dos investimentos para fins de atendimento à portaria da PREVIC de nº 91, de 04 de fevereiro de 2015, bem como a apuração dos valores dos “Ajustes de Precificação”, que serão demonstrados comparativamente quando do encerramento de 2015.

17.2 - Alteração de Regulamento do Plano Geral Saldado - PGS

Em 15 de janeiro de 2015, foram aprovadas as alterações do Regulamento do PGS por meio do Ofício nº 90/CGAT/DITEC/PREVIC, com vigência a partir de 16/01/2015, conforme Portaria MPS/SNPC nº 19, publicada no Diário Oficial em 16/01/2015.

17.3 - Reversão do Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa - PGA para Plano Geral Saldado - PGS

O Conselho Deliberativo da FAPERS, na reunião do dia 17 de dezembro de 2014, solicitou aos Núcleos de Contabilidade, de Investimentos e de Gestão dos Planos, com participação de assessoria jurídica e atuarial, um estudo técnico para avaliar a possibilidade de reversão de parte do saldo do Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa - PGA paracobertura de déficit do Plano Geral Saldado - PGS, para apresentação em abril de 2015, conforme Deliberação nº 631/2014 referente à Ata nº 274/2014 de 17/12/2014.

17.4 - Encaminhamento de Novo Plano e Alteração do Regulamento do Plano de Benefícios II - Plano Misto

O mesmo Grupo de Estudos citado na Nota Explicativa n.º 16.4, em outubro de 2014 remeteu para análise e considerações do Conselho Deliberativo as sugestões de alterações no Regulamento do Plano Misto, e também uma proposta de um Novo Plano.

Este Conselho deliberou pela aprovação das propostas do Plano Misto e do Novo Plano, que então foram encaminhadas a Superintendência da ASCAR, para manifestação e posteriores trâmites previstos na legislação.

Vencidas as etapas de comunicação e de divulgação aos participantes, conforme determina a Resolução CGPC n.º 23, o dossiê contendo todos os documentos referentes a este tema foi postado no portal da PREVIC, em 23 de dezembro de 2014, ficando a Diretoria da Fundação no aguardo da manifestação do órgão fiscalizador.

17.5 - Alteração do Plano de Custeio Administrativo do Plano de Benefícios II - Plano Misto e do Plano de Benefício Definido I - PBD-I

Atendendo as deliberações do Conselho Deliberativo lavradas na ata nº 270 de 28 de outubro de 2014, o custeio administrativo dos planos PBD-I e Plano Misto, a partir de janeiro de 2015 sofreram alterações na forma de cobrança, passando a ser paritária, entre participantes e patrocinadores.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.

Paulo Francisco Conrad
Diretor Superintendente
CPF:240.794.050-49

Clever Renato Neuenfeldt
Diretor Financeiro
CPF:407.566.020-68

Sabrina GiacomoniComelli
Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF:641.913.030-15

Neiva Minussi Bidinotto
Controller – CRC/RS 49965
CPF 424.032.780-68

PARECERES E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARECER ATUARIAL 001/2015

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2014 DO PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I.

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2014, um superávit técnico de R$ 1.777.818,36, equivalente a 17,05% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 10.429.001,77, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014.

3) A População do plano é constituída de um participante ativo com 57 anos de idade e 15 aposentados, cuja idade média é de 72 anos e benefício médio de R$ 3.310,77.

PLANO 1 BD			
Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	1	R$ 5.116,55	57,00
Aposentados	15	R$ 3.310,77	72,00

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	5,00 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2014, foi de 10,30% contra uma meta atuarial de 11,54%, o que, em termos reais, representa obter -1,11% abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 4,63% contra 5,00% necessária, como demonstrado abaixo.

	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,102961	1,06228	1,05	1,03829
PERCENTUAL	10,30%	6,23%	5,00%	3,83%

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2014, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$ 7.666.935,25
Benefícios a Conceder	R$ 984.248,16
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	8.651.183,41
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$ 10.429.001,77
Superávit	1.777.818,36

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico a ser registrado integralmente como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) A destinação do Superávit Técnico de R$ 1.777.818,36, a ser integralmente registrado como Reserva de Contingência, tem por objetivo dar cobertura a desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2015.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL 002/2015

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2014 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro – atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2014, um déficit técnico de R$ 1.136.934,11, equivalente a 0,65% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 173.876.941,98, demonstrando um pequeno desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014.

3) A População do plano é assim constituída:

PLANO 2 MISTO				
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**		**Idade Média**
Ativos	1.697	SALDO DE CONTAS		47,53
Aposentados	424	R$	488,74	63,76
Inválidos	46	R$	1.397,80	58,33
Pensionistas	52	R$	2.224,74	55,53

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	5,50 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49
Tábua de Entrada em Invalidez	MULLER
Rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2014, foi de 11,15% contra uma meta atuarial de 12,07%, o que, em termos reais, representa obter -0,82% abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades. Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 4,63% contra 5,50% necessária, como demonstrado abaixo.

	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,111467	1,06228	1,055	1,04630
PERCENTUAL	11,15%	6,23%	5,50%	4,63%

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2014, as seguintes aberturas:

Patrimônio do Plano	R$	173.876.941,98
Provisões matemáticas	R$	175.013.876,09
Benefícios Concedidos	R$	62.264.509,64
Benefícios a Conceder	R$	114.905.946,58
Provisões Matemáticas a Constituir	R$	(2.156.580,13)
Déficit	R$	(1.136.934,11)

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Sugestões para serem implementadas ao longo de 2015:

a) Busca da meta atuarial do Plano, fazendo os ajustes de acordo com a legislação vigente;

b) Buscar novamente o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano, bem como a implementação das alterações Regulamentares que atualmente estão em estudos na PREVIC, cujos reflexos será uma redução nos compromissos do Plano, fazendo com que as despesas dos benefícios de Risco estejam adequadas às alíquotas cobradas atualmente.

É o parecer.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2015.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL 003/2015

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2014 DO PLANO GERAL SALDADO - PGS.

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro–atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2014, um déficit técnico de R$ 18.452.915,08, equivalente a 9,01% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 204.764.009,17, demonstrando desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014.

3) A População do plano é assim constituída:

PLANO 3 SALDADO				
Categoria	Frequência	Benefício Médio		Idade Média
Ativos	251	R$	1.276,62	55,79
Aposentados	398	R$	2.640,50	65,91
Pensionistas	47	R$	2.807,17	67,30

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	5,50 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2014, foi de 11,38% contra uma meta atuarial de 12,31%, o que, em termos reais, representa obter -0,83% abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

	CÁLCULO DO JURO REAL			
	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JURO NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,113788	1,06228	1,057291438	1,04849
PERCENTUAL	11,38%	6,23%	5,73%	4,85%

5,73% = 5,75 de jan a nov/2014 e 5,50% em dez/2014.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2014, as seguintes aberturas:

Patrimônio do Plano	R$ 204.764.009,17
Provisões matemáticas	R$ 223.216.924,25
Benefícios Concedidos	R$ 190.804.509,73
Benefícios a Conceder	R$ 69.235.271,58
Provisões matemáticas a Constituir	R$ (36.822.857,05)
Déficit	R$ (18.452.915,08)

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Sugestões para serem implementadas ao longo de 2015:

Buscar novamente o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano seja por meio de rentabilidades, ou ajuste de contribuições e benefícios.

É o parecer.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2015.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS***, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS***é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da ***Fundação Assistencial e***

Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS*** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfase

a) Chamamos à atenção para a Nota 17.1, às demonstrações contábeis, que descreve a opção da ***Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS*** em não adotar, no exercício de 2014, as regras das Resoluções nºs15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, por serem facultativas para os Planos de Benefícios, de acordo com o art. 16, da Instrução PREVIC nº 019, de 04 de fevereiro de 2015, e que futuramente poderão impactar a situação econômica e financeira dos Planos de Benefícios. A Entidade está realizando estudo e levantamento dos fluxos atuariais e dos investimentos para fins de atendimento à portaria da PREVIC de nº 91, de 04 de fevereiro de 2015, bem como a apuração dos valores dos "Ajustes de Precificação", que serão demonstrados comparativamente quando do encerramento de 2015. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 02 de março de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

Marcelo Souza Marques do Couto
Contador CRC/RS 50.671

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FAPERS, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014.

Com base nos exames efetuados, considerando ainda os Pareceres do Atuário, a respeito do Plano de Benefícios I-PBD-I emitido em 16 de fevereiro de 2015 e do Plano de Benefícios II-Plano Misto e do Plano Geral Saldado-PGS emitidos em 25 de fevereiro de 2015, pela Equipe Atuarial Ltda e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, pela Exacto Auditoria S/S, datado de 02 de março de 2015, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 18 de março de 2015.

Álvaro Roque Kern Junqueira
Presidente

João Francisco Quaresma Caino
Conselheiro Titular

Jorge Eduardo Hamilton Torres
Conselheiro Suplente

José Cláudio Secchi Motta
Conselheiro Suplente

Roblein Cristal Coelho Filho
Conselheiro Suplente

DELIBERAÇÃO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da FAPERS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, delibera a aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2014, em reunião realizada nesta data, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 24 de março de 2015.

Conselheiros Titulares

Adelaide JuvenaKegler Ramos
Presidente

Zacheu Gomes Canellas
Vice-Presidente

Dulphe Pinheiro Machado Neto

Volnei WruchLeitzke

Suzana Medianeira Lunardi

Ancila Maria HeckAltmann

Conselheiros Suplentes

Fernando Luiz Horn

Eduardo RigonGelain

Doriana GozziMiotto

Derli Paulo Bonine

Deolinda Cecília Pickler

Claudio Rufino de Aguiar

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL
Rua Marcílio Dias, 1073 - Bairro Menino Deus
CEP: 90130-001 - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3231-7444
www.fapers.org.br
fapers@fapers.org.br